



Resenha MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE – Ano 17 – nº 62 – Março 2006
Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – www.csem.org.br

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

novos fluxos e políticas seletivas

ÍNDICE

<u>EDITORIAL: Por que e como gerenciar os fluxos migratórios contemporâneos?</u>	2
<u>ARTICOLI IN ITALIANO</u>	4
<u>Immigrazione in UE - Uno studio: l'Europa chiude la porta agli immigrati</u>	4
<u>Francia: ecco cosa cambierà con la nuova legge sull'immigrazione</u>	5
<u>Immigrazione: 10 mila africani verso le Canarie</u>	6
<u>Immigrazione: 2001-2005 in Lombardia più 90%</u>	7
<u>Italia: Immigrazione: Permessi per 170mila immigrati a febbraio</u>	8
<u>Cina: stranieri espulsi se violeranno nuovi regolamenti</u>	9
<u>ARTIGOS EM PORTUGUÊS</u>	10
<u>São Paulo ganha mais de 200 mil pobres em um ano</u>	10
<u>Brasil - Roteiros para a vida. Estudo do IBGE</u>	11
<u>Refugiados "invadem" a Amazônia pela fronteira colombiana</u>	13
<u>No porão da Europa</u>	14
<u>Líderes religiosos dos EUA pedem reforma migratória que respeite os direitos</u>	15
<u>Bush não descarta muro de separação entre EUA e México</u>	15
<u>Presidente cita queda na entrada de ilegais brasileiros como prova do sucesso de medidas antiimigração</u>	16
<u>América Latina: proteção a migrantes</u>	17
<u>ARTICLES IN ENGLISH</u>	18
<u>House Passes Enforcement Bill Lacking Temporary Worker Program</u>	18
<u>Countering Terrorist Mobility</u>	20
<u>India, B'desh set for talks as border issues loom</u>	23
<u>Africans risk death on route to Europe</u>	24
<u>Spain, Mauritania to stem migrant flow</u>	25

ARTÍCULOS EN ESPAÑOL	26
<u>Latinoamérica con mayor migración en el mundo</u>	26
<u>De África para América Latina: Fuga de cerebros: adiós África</u>	26
<u>La Unión Europea se endurece frente a la inmigración ilegal</u>	28
<u>En España viven ya más de 150 mil argentinos</u>	29
<u>EE UU prorrogó residencia a migrantes de países centroamericanos</u>	30
<u>El número de indocumentados en Estados Unidos se acerca a los 12 millones</u>	31
<u>Uno de cuatro niños en EE.UU. es de madre inmigrante</u>	31
<u>Latinoamericanos en campaña contra muro fronterizo</u>	32

EDITORIAL

POR QUE E COMO GERENCIAR OS FLUXOS MIGRATÓRIOS CONTEMPORÂNEOS?

“Uma grave lacuna na atual estrutura institucional da economia global é a falta de uma estrutura multilateral para reger a circulação de pessoas entre fronteiras”.

(Comissão Mundial Sobre a Dimensão Social da Globalização. *Por uma globalização justa. Criar Oportunidades para Todos*, nº 428).

Nos últimos anos, a questão migratória entrou, urgentemente, na agenda de muitos países e organismos internacionais. A mobilidade humana internacional tornou-se tema de debates e confrontos, chegando a ser determinante em muitas disputas eleitorais.

A relevância das migrações internacionais na atual conjuntura decorre de vários fatores. O primeiro é, sem dúvida, o *fator humanitário*, relacionado a milhões de migrantes, sobretudo, os irregulares, que enfrentam travessias e condições de vida desumanas a fim de alcançar seus objetivos. Neste breve espaço, é suficiente citar as *boat-people*, os/as migrantes mortos em desertos de fronteiras, detidos no meio de criminosos, explorados e escravizados por traficantes de pessoas, ou os refugiados/as e *desplazados/as* que fogem de catástrofes naturais, conflitos bélicos ou situações de violência indiscriminada.

No entanto, o cuidado com a tutela da dignidade humana da pessoa migrante é freqüentemente inibido por um segundo aspecto, que podemos definir de *fator psicológico* ou, talvez, *psicopático*. Vivemos numa época de grande “insegurança” provocada por diferentes fatores: como a flexibilização do trabalho, as crises econômicas, o espectro do terrorismo, as catástrofes ecológicas, a celeridade das mudanças de paradigma culturais e ideológicos etc. Tudo isso gera incerteza, medo. Neste contexto, a chegada do/a estrangeiro/a se torna “a última gota”, a mais concreta e próxima, a mais indefesa e vulnerável, a mais perseguida e criminalizada, embora, não necessariamente, a mais nociva.

O clima de xenofobia é alimentado por um terceiro aspecto, o *fator quantitativo*: atualmente, acredita-se que cerca de 185-192 milhões de pessoas vivam fora do país em que nasceram. Sem dúvida, esses números são relevantes. A resenha apresenta vários casos que apontam um progressivo crescimento da presença de migrantes internacionais, sobretudo nos assim chamados países desenvolvidos. Todavia, cabe realçar que estamos longe de “avalanches”, “ondas” ou “invasões” migratórias. Se bem significativo, o crescimento das migrações internacionais contemporâneas não justifica o clima alarmista de numerosos países do Norte do mundo, sobretudo, se levados em conta os benefícios que a presença de migrantes pode acarretar.

Entramos aqui num outro tema extremamente debatido: o *fator econômico*. Apesar dos ufanos discursos oficiais, a presença de estrangeiros/as é, ou pode ser, um instrumento de enriquecimento econômico, tanto para os países de chegada quanto para aqueles de saída. Com certeza, devemos reconhecer as dificuldades que a presença maciça de migrantes pode criar para os sistemas sanitários e educativos de alguns países, bem como, os prejuízos provocados pela fuga de mão-de-obra qualificada de países do Sul do mundo. No entanto, cresce cada vez mais a consciência de que um gerenciamento multilateral e solidário das migrações internacionais possa contribuir para o enriquecimento econômico de todos os envolvidos, como atestam recentes relatórios de organismos multilaterais.

Nesta perspectiva, insere-se um quinto aspecto, que podemos chamar de *fator simbólico* ou *humanizante*: as migrações contemporâneas estão se tornando o sinal concreto da unidade primordial da família humana. Somos todos “humanos” porque a nossa origem está no *humus*, na terra, no planeta Terra, que é a pátria de toda a “humanidade”. Ultrapassando e relativizando as fronteiras, os/as migrantes anunciam simbolicamente um novo paradigma planetário que antepõe o que une o gênero humano às diferenças históricas e culturais ou às desigualdades e assimetrias socioeconômicas. É neste sentido que as migrações internacionais podem se tornar também instrumentos de “humanização”, enquanto caminhos de descoberta da verdadeira “identidade” da família humana, identidade que transcende, sem negar, as identidades nacionais.

Seria ingênuo, no entanto, acreditar que esse processo possa ser realizado de forma meramente harmoniosa. O encontro com a alteridade gera, inevitavelmente, questionamentos, temores, conflitos. Mas cabe ressaltar que a conflitividade é parte constitutiva da condição humana. Nunca existiram e nunca existirão sociedades sem conflitos. Portanto, o *punctum saliens* não é como eliminar, e sim como gerenciar a conflitividade – com ou sem violência, reconhecendo ou negando a alteridade, incluindo ou guetizando o outro etc. – e, ao mesmo tempo, qual a meta almejada, qual o horizonte utópico rumo ao qual vale a pena caminhar e conflitar.

É nesta perspectiva que deve ser abordado o tema das políticas migratórias. A resenha apresenta vários artigos que confirmam o aumento quantitativo da migração internacional e, simultaneamente, o progressivo enrijecimento “seletivo” (pois não todo tipo de migrante é barrado) das políticas de imigração de vários países. É cada vez mais difícil imigrar de forma administrativamente regular, obter a cidadania do país de chegada ou conseguir a reunião familiar. Aumentam cada vez mais os recursos financeiros destinados ao controle das fronteiras e dos aeroportos. Para dificultar a entrada de migrantes irregulares são utilizados instrumentos de alta tecnologia ou simples muros. O objetivo dessas políticas é meramente funcional: permitir o ingresso de “mão-de-obra” e não de “seres humanos”. Abrem-se as fronteiras a trabalhadores jovens, qualificados, submissos e baratos, mas são rejeitados os “seres humanos” portadores de direitos e deveres.

Na realidade, ao que tudo indica, a questão migratória tornou-se um tema extremamente complexo e abrangente que envolve um conjunto muito amplo de interesses em nível político, econômico, social e, inclusive, religioso. A miopia da maioria das atuais lideranças nacionais e internacionais está em *menosprezar o potencial humanizante das migrações* e, ao mesmo tempo, em enfrentar o fenômeno como algo simplesmente conjuntural. Buscam-se soluções efêmeras e de curto prazo, muitas vezes apenas para agradar o eleitorado ou para preservar os interesses imediatos de determinadas camadas da população nacional e internacional.

Em face dessa situação, almeja-se a criação de um regime multilateral para a circulação das pessoas que considere tanto os direitos dos migrantes quanto os dos países de saída e de chegada. A Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização propõe algumas pistas operativas, que incluem, por exemplo, a utilização das convenções e obrigações internacionais já existentes, o diálogo bilateral ou multilateral entre os países envolvidos ou a criação de um “Fórum global para troca regular de informações e pontos de vista sobre migração” (nn. 440-446). Não pode faltar, inclusive, a crítica contundente e a busca de alternativas à globalização neoliberal, principal geradora do desemprego estrutural que fomenta as migrações internacionais.

Enfim, apesar das inegáveis dificuldades de gerenciar os conflitos provocados pela presença de estrangeiros, permanecem as perguntas de fundo: para qual razão vale a pena conflitar? Nos próximos anos, estaremos nos confrontando com o objetivo de conservar o sistema injusto e excludente ou de construir sociedades "humanas", nas quais todos sejam reconhecidos como cidadãos "terrestres", planetários?

ARTICOLI IN ITALIANO

Immigrazione in Ue - Uno studio: l'Europa chiude la porta agli immigrati

Ricerca condotta da 'Le Figaro': adottate in molti Paesi misure restrittive contro gli stranieri

ROMA - Uno studio pubblicato da 'Le Figaro' mostra come negli ultimi mesi molti dei maggiori Paesi europei hanno approvato delle misure particolarmente restrittive nei confronti dell'immigrazione. Altri stanno invece studiando dei progetti per cercare di limitare il flusso migratori.

SISTEMA A PUNTI IN UK

In Gran Bretagna è al vaglio degli esperti un piano di controllo elettronico delle frontiere e un sistema a punti per cercare di privilegiare gli immigrati considerati più 'utili'. Qualcosa di simile, segnala lo studio, è stato elaborato anche in Spagna, dove si pensa di dividere i permessi di soggiorno per settori economici, favorendo quelli più bisognosi di manodopera.

OLANDA SEVERA

Ma il Paese più severo d'Europa contro gli immigrati è l'Olanda. Dalla prossima settimana per entrare in Olanda si dovrà superare un test di lingua e cultura generale al telefono. L'esame si svolgerà in tutte le ambasciate e i consolati olandesi all'estero (costo circa 350 euro). Oltre a dover rispondere a domande come "Chi è Guglielmo d'Orange" e "Dove si trova il parlamento", i candidati dovranno dimostrare "le loro capacità di adattarsi alla vita olandese". La legge mira principalmente a frenare l'arrivo di immigrati dal Marocco e la Turchia. Dopo aver alzato nel 2004 a 21 anni l'età minima del congiunto che si vuol fare entrare nel Paese, adesso neanche gli immigrati che si trovano da lungo tempo nei Paesi Bassi sono al sicuro. Tutti i non-olandesi con meno di 65 anni che hanno sulle spalle meno di otto anni di studi saranno obbligati a seguire "corsi di integrazione".

LA GERMANIA CI PENSA

"E' quello che vogliamo fare in Germania!", ha commentato - riporta Le Figaro - il ministro degli Interni tedesco Wolfgang Schauble definendo "esemplare" la politica della sua collega olandese. In Germania, dove circa l'8,9% della popolazione è composta da stranieri, nel gennaio 2005 è stata approvata una legge che limita fortemente l'ingresso dei lavoratori altamente qualificati, rende più complicato presentare una domanda di regolarizzazione e facilita le espulsioni. Addirittura, nel Land di Bade-Wurtemberg è stato introdotto un trattamento specifico che valuterà "caso per caso" se concedere la cittadinanza tedesca ai musulmani.

DANIMARCA COSTOSA

Un altro Paese dove secondo lo studio l'accoglienza è piuttosto fredda, è certamente la Danimarca, e non solo per il clima. Qui la nazionalità si acquisisce solo dopo un test molto difficile di lingua e cultura generale e basta una condanna superiore a 18 mesi di carcere per perderla definitivamente. Alle coppie 'miste' viene chiesto di avere un alloggio, un reddito sufficiente e di depositare almeno 8.000 euro su un conto che rimane bloccato per sette anni. Indubbiamente, stima Le Figaro, il risultato di scoraggiare il flusso migratorio è stato raggiunto e il premier danese Anders Fogh Rasmussen può vantarsi di aver ridotto dell'80% il numero delle richieste di asilo e del 65% le domande di ricongiungimento familiare.

A conclusione, lo studio cita infine l'Austria, dove l'anno scorso è stato allungato il periodo necessario per chiedere asilo e sono state

inasprite le pene per i matrimoni banchi, celebrati solo per ottenere la cittadinanza.

Fonte: <http://www.stranieriinitalia.it/> - 10.03.06

Francia: ecco cosa cambierà con la nuova legge sull'immigrazione

Con il progetto del ministro dell'interno Sarkozy tempi più lunghi per ricongiungimenti e matrimoni. L'obiettivo è l'immigrazione "selezionata"

PARIGI - Il sistema di integrazione alla francese non funziona più e per il ministro dell'interno, Nicolas Sarkozy, è arrivato il momento di bloccare un'immigrazione subita per andare verso forme di immigrazione selezionata, mirata e indirizzata.

Giovedì il ministro dell'interno presenterà al governo il suo progetto, frutto di mesi di analisi, confronti e dibattiti, ma dalle associazioni di tutela degli immigrati arrivano denunce contro questa impostazione "sempre più radicale" nelle scelte e negli obiettivi.

In una lunga intervista al 'Journal du Dimanche', Sarkozy analizza alcuni passaggi centrali del suo progetto. Il guasto al sistema francese comincia per lui nel 1974 quando l'immigrazione familiare ha cominciato a sostituirsi a quella economica. Quella familiare, con oltre 100 mila ingressi l'anno, rappresenta la gran parte dell'intero movimento, mentre solo il 5% degli immigrati regolari arriva in Francia per motivi di lavoro. Il forte aumento del flusso legato alle dinamiche familiari ha causato una sempre più difficile integrazione, la formazione di ghetti, l'impoverimento del tessuto sociale.

A questo Sarkozy vuole mettere fine rovesciando l'attuale modello, lasciando la possibilità di ricongiunzione familiare, ma ponendo limiti, condizioni e tempi più lunghi. Contro la sua scelta di selezionare gli arrivi si sono alzate differenti resistenze: una, di estrema destra, che vuole il blocco totale dell'immigrazione ed un'altra che denuncia come forma di razzismo il controllo di chi può o non può entrare nel Paese. Secondo altri, invece, si rischia di impoverire in modo disastroso i Paesi in via di sviluppo, sottraendo quel personale specializzato o laureato che è invece necessario per il loro sforzo di cambiamento e crescita.

Contro questo rischio Sarkozy ha preparato un articolato sistema che prevede da un lato l'accoglienza più facile per quegli studenti che frequentano corsi poco utilizzati dai francesi e da un altro accordi con i Paesi di provenienza per

evitare che tutti i laureati in materie scientifiche, tecniche o in medicina decidano alla fine di restare in Francia. Il progetto prevede che ogni anno il governo indichi in un rapporto al parlamento gli obiettivi previsionali di nuovi ingressi per i tre anni successivi, in funzione delle capacità di accoglienza del sistema Francia in materia di impiego, di alloggi e di istruzione. Con il vantaggio, sostiene Sarkozy, che ci dovrà essere ogni anno un dibattito democratico sulla politica dell'immigrazione.

Anche il ricongiungimento familiare, "un diritto garantito" dalla convenzione europea dei diritti dell'uomo, diventa più difficile perché lo straniero che lo chiede dovrà dimostrare di essere in grado di sostenere i nuovi arrivi con i proventi del suo lavoro. Viene inoltre soppresso il permesso di soggiorno automatico, che ora anche un clandestino ottiene in dieci anni di soggiorno illegale.

Con la nuova proposta di legge i prefetti avranno l'autonomia per decidere sulle singole situazioni anche se non saranno passati dieci anni. Chi arriverà in Francia, inoltre, dovrà sottoscrivere un contratto con lo stato: quest'ultimo dovrà impegnarsi a mettere a disposizione dell'immigrato mezzi per imparare la lingua, per orientarsi per trovare lavoro e lo tutelerà da forme di discriminazione; lo straniero dovrà impegnarsi ad imparare la lingua francese, a rispettare le leggi del Paese, comprese quelle che garantiscono la parità tra uomo e donna. Se si troverà una donna rinchiusa in casa e senza la possibilità di imparare la lingua l'intera famiglia sarà respinta nel Paese di provenienza.

Prefetti e sindaci, secondo il progetto del governo, saranno chiamati a verificare puntualmente l'osservanza di questo contratto di accoglienza e integrazione: solo in caso di verifica positiva potranno emettere un permesso di soggiorno decennale. Anche il matrimonio non sarà più un mezzo di concessione automatica di diritto di un permesso di soggiorno. Solo dopo tre anni, se la coppia sarà ancora insieme e se lo straniero avrà

rispettato gli impegni previsti nel patto di accoglienza e integrazione, solo allora sarà emesso il permesso per vivere nel Paese.

Misure sono previste anche per fermare l'immigrazione irregolare, grande affare di racket e trafficanti, contro i quali Sarkozy ha organizzato nuclei di polizia specializzata che non operano più solo in aeroporti o stazioni, ma anche sul territorio nazionale. Inoltre chi dà lavoro ad un immigrato clandestino deve già ora pagare anche il costo del suo viaggio di ritorno nel Paese d'origine.

La sinistra francese ha denunciato la "regressione intellettuale" della maggioranza al governo, le

associazioni per i diritti dell'uomo hanno parlato di "deriva xenofoba" mentre anche oggi, dopo la lettura dell'intervista pubblicata dal 'Journal du Dimanche', l'associazione France Terre d'Asile denuncia "l'organizzazione metodica dell'incertezza del diritto" e l'allungamento dei tempi minimi per fare richiesta di ricongiungimento della famiglia che passerà da 12 a 18 mesi.

(6 febbraio 2006)

Fonte: <http://www.stranieriinitalia.it/> - 06.02.06

Immigrazione: 10mila africani verso le Canarie

di Redazione (redazione@vita.it)

Oltre diecimila clandestini africani sono ammassati nel Sahara e in Mauritania pronti a partire via mare alla volta delle Canarie

E' quanto scrive la stampa spagnola, mentre il sindacato di polizia Cep accusa il governo di avere "aperto la scatola di Pandora dell'emigrazione" con i suoi provvedimenti di regolarizzazione e lo ha avvertito di "non contare su di noi" per far fronte all'emergenza. Ieri la Mezzaluna Rossa mauritana aveva denunciato la morte in mare in quattro mesi di almeno 1.200 clandestini soprattutto africani che si imbarcano ogni giorno su fragili 'caicchi' di vetroresina per raggiungere il territorio spagnolo. Ed aveva rivolto un appello alla comunità internazionale ad intervenire per porre argine a questa emergenza. Negli ultimi giorni 45 clandestini sono morti nel naufragio di un'imbarcazione a Algod, nelle coste mauritane.

Oggi e' stato annunciato che altri 75 immigranti che andavano alla deriva da due giorni su due 'caicchi' sono stati tratti in salvo da unità della marina locale. I 'caicchi', le nuove 'carrette del mare' usate dagli africani, sono barconi lunghi 17 metri ricoperti di uno strato di vetroresina con due motori, uno a poppa e uno a mezza prua, che possono trasportare una cinquantina di persone.

Oggi il quotidiano El Pais cita un rapporto della polizia spagnola secondo il quale ci sono oltre 10 mila clandestini subsahariani ammassati nel deserto e in Mauritania in attesa di imbarcarsi per raggiungere le Canarie pagando un prezzo di

1.000 euro ciascuno. Il governo delle Canarie ha denunciato il fatto che non esiste nessun piano del ministro dell'interno per far fronte all'emergenza, mentre Rodrigo Gavilan, portavoce della Confederazione Spagnola di Polizia (Cep) che rappresenta 20 mila agenti nazionali e che per primo aveva denunciato nei mesi scorsi la situazione che andava aggravandosi in Mauritania, ha affermato che entrano in Spagna ogni giorno 1.500 clandestini, di cui ne vengono espulsi solo 20.

Gavilan spiega che da alcuni mesi, in seguito al "blindaggio" dei valichi terrestri marocchini nelle enclaves spagnole di Ceuta e Melilla - con l'invio dell'esercito, l'elevazione del 'muro' di sbarramento e gli accordi remunerati dell'Ue con Rabat - i clandestini africani hanno cambiato rotta e passano dalla Mauritania per arrivare via mare nelle Canarie occidentali - che non sono comprese nel sistema di controllo radar contrariamente a quelle orientali - con un viaggio di circa 900 chilometri.

Secondo Gavilan il traffico, gestito dalla mafia marocchina, e' aiutato da pescherecci spagnoli, portoghesi e francesi che trainano i 'caicchi' sino a 12 miglia dalle Canarie, rimanendo cioè in sicure acque internazionali. Gavilan afferma che attualmente ci sono 2000-3000 subsahariani pronti ad imbarcarsi nel porto mauritano di Nouadhibou e che ogni giorno ne partono una cinquantina

verso le Canarie, una cifra che significa circa diecimila clandestini ogni anno. "E alla fine quasi nessuno verra' espulso e quasi tutti rimarranno in Spagna o comunque in Europa" dice il protavoce del sindacato di polizia. Secondo Gavilan, prima gli assalti in massa a Ceuta e Melilla e adesso la valanga che giunge dalla Mauritania sono la conseguenza dei processi di regolarizzazione

messi in atto dal governo che attirano le masse di diseredati ed hanno "aperto il vaso di Pandora" dell'emigrazione, dall'Africa Centrale soprattutto verso la Spagna.

Fonte: <http://www.vita.it/articolo/index.php3?NEWSID=66010>
– 08.03.06

Immigrazione: 2001-2005 in Lombardia più 90%

di Redazione (redazione@vita.it)

Sono aumentati del 90% gli immigrati in Lombardia nell'arco di cinque anni. Quasi 800 mila, il 10% della popolazione lombarda. I dati dell'Osservatorio Ismu

Sono aumentati del 90% gli immigrati in Lombardia nell'arco di cinque anni: al primo gennaio 2001 la presenza degli stranieri era stimata tra un minimo di 405 mila e un massimo di 435 mila persone; oggi, invece, le stime oscillano tra un minimo di 776 mila e un massimo di 813 mila persone (quasi il 10% dell'intera popolazione lombarda), con una crescita del 22,6% rispetto allo scorso anno. Questi alcuni dei dati del bilancio sulla realtà migratoria in Lombardia dal 2000 ad oggi, presentati questa mattina durante il convegno "Gli immigrati in Lombardia" organizzato a Milano dalla Regione Lombardia, dall'Ismu (Iniziativa e Studi sulla Multiethnicità) e dall'Osservatorio regionale. A Milano, con 325 mila presenze, va il riconoscimento di città con il maggior numero di stranieri affiancata da Brescia dove le presenze toccano la soglia delle 128 mila. Estremamente variegata è la mappa dei Paesi d'origine: in prevalenza si tratta di marocchini (94 mila) e albanesi (87 mila), ma corposa è anche la presenza di rumeni (66.000), seguiti da egiziani (52.000), filippini (41.000), cinesi (40.000), ecuadoriani (37.000) e peruviani (34.000). Non per tutti gli immigrati, tuttavia, la vita nelle cittadine lombarde è sinonimo di integrazione sociale. Stando a quanto rilevato con l'indice di integrazione, per la prima volta elaborato quest'anno dall'Osservatorio, la popolazione meno integrata si trova nelle province di Pavia e di Milano, quella più integrata è localizzata nelle province di Lodi, Lecco e Mantova. In base poi alla cittadinanza, i marocchini spiccano con gli indiani per miglior punteggio d'integrazione. Sono sopra la media anche filippini, cinesi, egiziani e albanesi mentre

peruviani, senegalesi, ecuadoriani e rumeni soffrono di un minor grado di integrazione all'interno del tessuto sociale lombardo. Connesso alla crescita delle presenze straniere è, anche, il numero degli irregolari, nel 2005 aumentati di circa 20 mila unità rispetto al 2004. Essi sono fortemente accentrati in provincia di Milano (60-70.000) e nei territori di Bergamo e Brescia, quasi 13.000 ciascuno. A un contesto ormai quasi saturo come Milano città, preferiscono altre aree considerate fino a qualche anno fa "periferiche", come Sondrio, o infraprovinciali oppure particolari contesti produttivi. In flessione poi il numero degli occupati regolari: al calo dei lavoratori a tempo pieno e indeterminato, fa da contrappeso la crescita degli atipici, e in particolare dei part-timers. Sul piano economico, tuttavia, in questi 5 anni si è registrata una crescita del numero dei lavoratori autonomi (38 mila) e degli imprenditori (6 mila).

Sempre più donne tra la popolazione degli immigrati Milano, 28 feb. (Apcom) - Nell'ultimo quinquennio la popolazione straniera in Lombardia non è solo aumentata ma ha subito una vera e propria metamorfosi demografica, con un progressivo riequilibrio tra la percentuale di uomini e donne. Riequilibrio dovuto non solo ai ricongiungimenti familiari ma anche all'immigrazione al femminile proveniente in prevalenza dall'America Latina. Cresce anche l'età media della popolazione straniera che si eleva dai 31 anni del 2001 ai 34 anni del 2005, nonostante quello dell'immigrazione si confermi un fenomeno relativo prettamente alle giovani generazioni. Questa corposa presenza di stranieri in Lom-

bardia trova immediato riscontro nelle numerose nazionalità di provenienza dei suoi scolari, pari a 187 in tutto. Secondo i dati forniti dall'ufficio Scolastico regionale della Lombardia, durante l'anno scolastico 2004/2005 sono 88.170 gli alunni stranieri, il 40% dei quali concentrati nel milanese, nel bresciano (15.199) e nel bergamasco (9.942). La crescita diffusa delle nuove generazioni straniere è dimostrata dal fatto che essa ormai è dell'8-9% sul complesso degli alunni frequentanti istituti d'infanzia, scuole primarie o secondarie di primo grado in Lombardia, con quote più basse solamente nella scuola secondaria di secondo grado (3,8%). In materia sanitaria, l'Osservatorio regionale ha rilevato che la degenza ordinaria è legata soprattutto a problematiche legate alla sfera sessuale-riproduttiva. Le ultime rilevazioni, del 2004, evidenziano che la percentuale di neonati da genitori stranieri dimessi dagli ospedali (pubblici e privati) della Regione è del 9,9% del totale dei neonati dimessi.

3- Formigoni: quote immigrati vanno lasciate in mano a Regioni Milano, 28 feb. (Apcom) - Gli immigrati in Lombardia sono "un fenomeno in forte crescita che deve essere governato anche puntando ad un tasso sostenibile di nuovi ingressi. La legge Bossi-Fini mi pare lo stia facendo, anche se continuo a pensare che sarebbe bene che la definizione delle quote fosse lasciata alle Regioni". Così si è espresso il presidente della Regione Lombardia, Roberto Formigoni, in apertura, questa mattina a Milano, del convegno "Gli immigrati in Lombardia", nel corso del quale sono stati presentati i risultati del

"Rapporto Regionale 2005" elaborato dall'Osservatorio regionale per l'integrazione e la multietnicità. "I dati dell'indagine - ha proseguito Formigoni - ci dicono che l'integrazione non è solo un problema di anzianità di presenza in Italia ma anche di cultura: i più integrati sono gli stranieri di religione cristiana praticanti e quelli di religione mussulmana non praticanti. Ciò significa che per realizzare dei seri percorsi di integrazione c'è un lavoro serio da fare sul livello dell'educazione, incominciando dalla scuola". Il presidente ha ricordato, in proposito, che ogni anno la Lombardia stanziava 7 milioni di euro per affrontare i problemi legati all'immigrazione attraverso cui vengono realizzati "centri di accoglienza, corsi di lingua italiana, sportelli informativi. Si tratta - ha concluso - di centinaia di interventi, l'85% dei quali sono gestiti direttamente dal mondo del volontariato e del non profit". La cadenza annuale del Rapporto sull'immigrazione per l'assessore alla Famiglia e solidarietà sociale, Gian Carlo Abelli, "consente di disporre di dati utili a capire l'evoluzione di un fenomeno tanto mutevole come è quello dell'immigrazione. La programmazione regionale risponde oggi in modo ancor più preciso alle necessità - ha spiegato - perché disponiamo anche delle informazioni dettagliate, a livello delle singole realtà territoriali, fornite dalle 11 Province lombarde che hanno aderito, un anno fa, con i loro Osservatori sull'immigrazione, alla rete dell'Osservatorio Regionale".

Fonte: <http://www.vita.it/articolo/index.php3?NEWSID=65708>
- 28.02.06

Immigrazione: Permessi per 170mila immigrati a febbraio

di Redazione (redazione@vita.it)

Saranno 170 mila i lavoratori stranieri che potranno entrare in Italia nel 2006 come lavoratori autonomi e subordinati, siano essi stagionali e non. L'approvazione definitiva del decreto flussi che dopo essere stato approvato dal comitato dei ministri (composto dai ministeri interessati alla materia, tra i quali welfare, esteri ed interni) e' attualmente all' esame delle commissioni parlamentari e non entrerà in vigore non prima della fine del prossimo mese. Il provvedimento infatti prima della firma del presidente Berlusconi, deve ancora passare alla conferenza unificata,

alla presidenza del consiglio ed alla corte dei conti. L'attuale bozza del provvedimento prevede un numero di ingressi pari quasi al doppio di quello fissato lo scorso anno quando furono autorizzati, fra stagionali e non, 99.500 stranieri. Secondo quanto si apprende, 50 mila sono i permessi previsti per lavoratori stagionali e 78 mila per lavoratori non stagionali. Fra quest'ultimi, in particolare, 45 mila sono badanti, 2.500 lavoratori impiegati nel settore della pesca marittima, 1.000 dirigenti e professionisti altamente qualificati. Inoltre - secondo quanto si

apprende - circa 4 mila immigrati residenti all'estero presenti nel nostro paese per motivi di studio o di tirocinio potranno convertire questo permesso in permesso di lavoro. Altri 2 mila potranno lavorare in Italia avendo usufruito di programmi di formazione nel proprio paese di origine. L'attuale bozza del decreto prevede inoltre 3 mila ingressi per cittadini non comunitari che svolgeranno lavoro autonomo, come imprenditori e liberi professionisti. Altri 38 mila immigrati potranno avere il permesso di lavoro

non stagionale se appartengono a paesi che hanno sottoscritto o stanno per sottoscrivere accordi di cooperazione in materia di immigrazione; fra questi, 4.500 albanesi, 4 mila marocchini, 5 mila moldavi, 7 mila egiziani, 3.500 tunisini, 1.500 nigeriani.

Fonte: <http://www.vita.it/articolo/index.php3?NEWSID=63725>
- 11.01.06

Cina: stranieri espulsi se violeranno nuovi regolamenti

di Redazione (redazione@vita.it)

Il ministero della pubblica sicurezza ha stabilito decine di nuove norme la cui violazione potrà comportare l'espulsione dal Paese.

Giro di vite in Cina, tra interrogativi e timori di provvedimenti fortemente repressivi, contro i residenti stranieri: potranno essere espulsi se violeranno una delle nuove innumerevoli regole introdotte oggi dal ministero della pubblica sicurezza di Pechino, equivalente al ministero dell'interno dei paesi occidentali.

Non e' chiaro, come spesso avviene in Cina, quanti siano i "regolamenti" ai quali si riferisce l'annuncio: 165 secondo il China Daily, 238 per altri giornali." Un alto numero di stranieri e' coinvolto nella prostituzione, in furti o in risse", scrive con vaga aria di minaccia l'organo del Partito Comunista 'Il Quotidiano del Popolo'. Alcuni quotidiani parlano di reati legati alla "prostituzione" e alle "risse" ma altri aggiungono "crimini" meno neutrali, come "casi estremi di attentati alla stabilita' sociale sotto la copertura della religione", che potrebbero riguardare, per esempio, i missionari o semplicemente i "maestri religiosi stranieri, la cui presenza e' fortemente cresciuta in Cina negli ultimi anni.

Il China Daily cita il direttore dell' ufficio legislativo del ministero, Ke Liangdong, secondo il quale i nuovi reati vanno dal "ripetuto invio di Sms pornografici" al "creare disturbo con attivita' rumorose", dal "tenere animali domestici che disturbano il vicinato" al "disturbo dell' ordine pubblico o di eventi culturali e sportivi". E' lo stesso Ke, in una versione piu' lunga della stessa

intervista diffusa dall'agenzia Nuova Cina a parlare dei reati commessi da stranieri "sotto la copertura della religione".

Non e' chiaro quale sia il ruolo della magistratura e quale quello della polizia - cioe' degli agenti dei vari uffici dello stesso ministero della pubblica sicurezza. "Alla polizia verranno dati maggiori poteri di intervenire contro chi viola le leggi, tra cui quello di espellere gli stranieri", afferma Ke nella versione dell' intervista pubblicata da Nuova Cina. Per molti dei "reati amministrativi" piu' leggeri sono previste multe e pene detentive fino a 15 giorni, che, nel caso di stranieri, potrebbero tradursi nell'espulsione. Ke Liangdong afferma che questa misura sara' decisa di volta in volta "a secondo della circostanze" nelle quali verra' commesso il "crimine".

Avvocati e giudici cinesi, richiesti di un parere, hanno affermato di dover "studiare" i nuovi regolamenti prima di poterne dare un'interpretazione. Secondo alcuni organi di informazione, la decisione di introdurre i nuovi regolamenti e' dettata dalla volonta' di tenere "pulite" le citta' e in particolare la capitale Pechino, in previsione del grande afflusso di stranieri che si verifichera' in occasione delle Olimpiadi del 2008. mentre, stando ad altri giornali, il giro di vite potrebbe essere legato agli allarmi per "il forte aumento" degli stranieri residenti in Cina per lunghi periodi.

Fonte: <http://www.vita.it/articolo/index.php3?NEWSID=65746>
- 01.03.06

ARTIGOS EM PORTUGUÊS

São Paulo ganha mais de 200 mil pobres em um ano

Pedro Soares

da Folha de S.Paulo

A proporção de pobres na região metropolitana de São Paulo passou de 41% para 41,6%, segundo estudo da economista Sônia Rocha, do Iets (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade), com base na Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A variação parece pequena, mas mostra que migraram para a pobreza 214 mil pessoas. Na capital paulista e no seu entorno, havia 7,292 milhões de pobres em 2003, segundo o critério utilizado pela pesquisadora para definir pobreza. O contingente subiu, em apenas um ano, para 7,506 milhões de pessoas. Na Grande São Paulo vivem aproximadamente 18,2 milhões de pessoas.

Rocha traçou uma linha de pobreza que, para São Paulo, correspondia a um rendimento familiar per capita de R\$ 250,79. Esse valor é diferente para cada região do país, sendo mais baixo onde o custo de vida é menor, como no Nordeste e em áreas rurais.

Dos pobres instalados nas dez grandes metrópoles do país, 35,8% estavam em São Paulo em 2004 --esse percentual era de 34,5% em 2003.

Para Rocha, a fraca geração de postos de trabalho (menos do que no resto do país), a evolução desfavorável do rendimento na região e o aumento do custo de vida em São Paulo proporcionalmente maior do que em outras áreas levaram a maior cidade do país a não reduzir o número de pobres.

No país como um todo, a proporção de pobres caiu de 35,6% em 2003 para 33,2%, principalmente por causa do crescimento do emprego, da valorização do salário mínimo e da expansão das bolsas pagas pelo governo, como as do programa Bolsa-Família.

Emprego sem fôlego

Para Rocha, o emprego em São Paulo evolui menos do que em outras regiões. "A criação de postos de trabalho em São Paulo apresentou expansão de 1,9%, bem aquém da média de 3,3%", diz a economista, ao justificar o desempenho pior da região.

Para ela, São Paulo só não gerou mais pobres porque a população cresceu menos: "O arrefecimento do crescimento demográfico contribuiu para que o agravamento da pobreza não fosse ainda mais acentuado. Na verdade, São Paulo tornou-se menos atrativa aos migrantes, apesar das tradicionais redes de solidariedade que acolhem os recém-chegados e da percepção positiva deles quanto às vantagens oferecidas por São Paulo", disse a economista.

Outro ponto citado por ela foi o rendimento, que ficou estável em 2004 no Brasil, mas caiu no conjunto das metrópoles, especialmente em São Paulo e no Rio. A renda na capital paulista caiu 5,3% em 2004 ante o ano anterior.

Um dos fatores que mais contribuíram, segundo Rocha, foi a inflação dos mais pobres, que subiu relativamente mais em São Paulo do que em outras capitais. "Houve um aumento relativamente forte do custo de vida dos pobres em São Paulo", disse Rocha.

Para ilustrar, ela compara a cidade com Salvador. De 2003 para 2004, a linha de pobreza de São Paulo apresentou aumento relativamente forte (5,29%), passando de R\$ 238,20 para R\$ 250,79. Em Salvador, a linha de pobreza, que se situa em um nível bem mais baixo, também subiu, mas em um ritmo menor (3,75%).

A pesquisadora argumenta, por fim, que as bolsas e transferências do governo para a população mais pobre tiveram menos impacto em São Paulo do que no resto do país, já que seus valores são únicos para todas as regiões e o custo de vida paulista é maior.

Até o aumento real do salário mínimo, que teve forte impacto na redução da pobreza em 2004 no restante do país, não teve o mesmo efeito, diz ela. Isso porque, em 2004, o mínimo era de R\$ 260 em setembro de 2004, apenas 3,7% superior à linha de pobreza em São Paulo. Em Salvador, o salário mínimo era 43,5% maior do que o rendimento das famílias per capita. O mesmo, diz

Rocha, vale para outras transferências, como o Bolsa-Família.

Fonte:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u104705.shtml> - 29.01.2006

Roteiros para a vida

Estudo do IBGE revela que as rotas migratórias para os brasileiros estão mudando e os grandes centros urbanos do Sul e Sudeste deixaram de ser atrativos. Quem saiu do Nordeste há 10 anos, começa agora a voltar para casa.

Ullisses Campbell

Os brasileiros que saem de casa em busca de oportunidades de vida em outros estados vêm mudando o destino de migração nos últimos 10 anos. Uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em conjunto com a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), mostra que os estados ainda considerados promissores e que mais seduziram retirantes não recebem mais migrantes como no passado.

Segundo o IBGE, desembarcaram em São Paulo entre 1995 e 2000 cerca de 1,3 milhão migrantes. Isso representa 12% a menos do que entre 1986 e 1991. Os dados já consideram o crescimento populacional. Outro estado marcado pela migração desordenada por causa do garimpo e do sonho da reforma agrária, o Pará, também não está mais entre os preferidos daqueles que mudam de cidade. A queda na migração por lá foi de 12%. “Hoje, o migrante procura terras menos violentas e mais promissoras. Na hora de escolher o destino, já se leva em consideração até a qualidade de vida”, ressalta Fernando Albuquerque, técnico do IBGE.

Outro fato revelado na pesquisa mostra que os migrantes que se deslocaram de estado na última década estão regressando para a terra natal. O retorno ocorre mais nas cidades do Nordeste, onde ainda é expressiva a retirada de trabalhadores rumo a São Paulo e outros grandes centros do Sul e Sudeste do país. No Ceará, o retorno de migrantes entre 1991 e 2000 foi mais acentuado. Pelo menos 123 mil pessoas que saíram do estado fizeram o percurso inverso e já

estão em casa. “As pessoas voltam porque descobrem que a pobreza na cidade grande é muito mais cruel”, avalia o sociólogo Humberto Chaseliov.

Escala

Há dois anos, a balconista Ivanildes de Jesus da Cruz, 38 anos, seguiu de Barreiras (BA) para Itaboraí (RJ) em busca de trabalho. Levou consigo as três filhas: Kelly, de 15 anos; Tati, de 13; e Grace, 10. Conseguiu trabalho, mas ganhava pouco, cerca de R\$ 250. “Meu ex-marido mora no Rio e está desempregado. Não consegui ocupação nem para as minhas filhas. Por isso estamos voltando. Na Bahia, para conseguir emprego, não precisa de muito estudo”, ressalta. Ontem, a família de Ivanildes fez uma escala na Rodoferroviária de Brasília e aproveitou para perguntar aos ambulantes como é a vida de vendedor de rua na capital federal. “Aconselharam-me a seguir para a Bahia”, conta.

Entre os estados preferidos dos migrantes está o Amapá, que registrou aumento de 89%. Segundo análise de especialistas, a possibilidade de trabalhar em Caiena é a razão que mais leva migrantes para o estado. Goiás aparece em segundo lugar, com um acréscimo de 39% no fluxo migratório. Nesse caso, a agroindústria é o maior atrativo. Apesar da fama de violento, o estado do Rio de Janeiro conseguiu atrair 26% a mais de migrantes. Outros estados que tiveram alta migratória foram Minas Gerais (26%), Tocantins (16%) e Santa Catarina (68%), além do Distrito Federal (11%). Em todos os casos, o

aumento foi registrado num período de cinco anos. Nessa estatística, o IBGE considera migrante a pessoa que mudou de estado nos últimos cinco anos. Para a socióloga Marlene Baptista, da Universidade de São Paulo (USP), à medida que as pessoas retornam para a cidade natal, desiludidas, as famílias vizinhas, que pensavam em migrar, acabaram desencorajadas. “Isso fez a migração ficar contida nos mesmos patamares da última década. E os que insistiram em se mudar escolheram outros destinos”, analisa Marlene. Na década de 80, o fluxo migratório saltava cerca de 50% a cada ano. Na década seguinte, caiu para 42% e nos anos 2000 praticamente manteve-se estável. Segundo dados do IBGE, entre 1986 e 1991, cerca de 5 milhões de brasileiros mudaram de estado. Entre 1995 e 2000, esse número praticamente manteve-se em 5,1 milhões.

Izabel Leite dos Santos, 22 anos, empregada doméstica, deixou Milagres (CE) e foi para Promissão (SP) e está feliz da vida. Conseguiu emprego e recebe R\$ 450 por mês e mais uma ajuda para alimentação e moradia. Com o dinheiro, ajuda os pais pobres que ficaram no interior do Ceará e ainda paga um curso de Computação. “Se eu ainda morasse em Milagres, estaria trabalhando na roça, catando arroz e feijão, ganhando R\$ 50 por mês. (...) Se eu pudesse, tiraria toda a minha família dessa vida”, relata. Ontem, a migrante viajava de férias para a cidade natal.

A secretária Lígia Mendes dos Santos, 20, chegou ontem em Brasília. Veio de Belo Horizonte, Minas Gerais, atrás de emprego. Foi acolhida por uma amiga que fez o mesmo caminho e trabalha como secretária numa empresa multinacional. “Em Minas Gerais, recebia R\$ 250 para trabalhar como recepcionista. Ouvi dizer que aqui na capital do país circula mais dinheiro. Espero conseguir logo uma oportunidade”, ressalta. Lígia está morando em Taguatinga e hoje mesmo fará uma peregrinação por várias empresas privadas para deixar o seu currículo.

Veja onde a migração cresceu: Goiás (29%) - Minas Gerais (26%) - Santa Catarina (17%) - Distrito Federal (11%)

Veja onde a migração diminuiu: Pará (14%) - São Paulo (12%) - Espírito Santo (24%) - Tocantins (16%)

Brasília é a preferida

Quem tem curso superior e mora em cidades das regiões Norte e Nordeste pouco desenvolvidas costuma migrar para as regiões metropolitanas dos grandes centros. Brasília ainda está entre as cidades preferidas desse grupo de retirantes. Entre 1986 e 1991, segundo o IBGE, a capital federal recebeu 182 mil migrantes. No período entre 1995 e 2000, a leva de forasteiros teve um aumento de 12% e chegou a 216,2 mil.

Segundo a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), 40% dos brasileiros moram fora do estado de origem. O pesquisador Emmanuel Mattos revela que, atualmente, o migrante com diploma escolhe o estado de destino levando em conta oferta de emprego, renda e qualidade de vida. “Por isso cidades como Brasília e Florianópolis são campeãs em preferência”, revela.

De fato, as cidades que ficam no topo das periferias pelos migrantes são as que detêm os melhores índices de desenvolvimento humano (IDH). Segundo um estudo, municípios paulistanos como Embu-Guaçu e Guararema cresceram bem acima dos da região metropolitana de São Paulo. O mesmo aconteceu em Minas Gerais, onde o IDH da região do Vale do Aço teve a maior expansão do país: 14,3%. Mas os principais avanços nos indicadores de renda, educação e expectativa de vida estão em Santa Catarina. No ranking das dez melhores regiões metropolitanas do Brasil, seis estão no estado. “Por isso Santa Catarina é um dos estados que, proporcionalmente, mais recebem migrantes”, diz Mattos.

O pesquisador explica que o fluxo migratório em Santa Catarina não alterou a qualidade de vida nas cidades próximas de Florianópolis porque o estado não possui um grande centro urbano, e sim vários centros regionais de cidades médias, que são pólos de desenvolvimento. O desenvolvimento das cidades pequenas e médias que compõem as regiões urbanas catarinenses é o mais significativo do país.

Interior

Na última pesquisa sobre migração, o IBGE constatou que as pessoas que procuram melhorar de vida em outro estado estão fugindo dos grandes centros urbanos em quase todo o país. Nos últimos dez anos, principalmente no Sudeste, municípios do interior cresceram em ritmo mais

acelerado do que as capitais. “A população nas cidades do interior do Brasil tem crescido mais do que nas grandes cidades, como Rio e São Paulo. Nos anos 90, o número de habitantes nas capitais aumentou 1,6% ao ano. Já no interior do país, o crescimento foi maior: 1,7%”, ressalta Fernando Albuquerque, do IBGE.

Os estudos mais recentes da Abep mostram também que, atualmente, a migração ocorre com mais frequência dentro das regiões. No interior dos estados, os municípios mais procurados são aqueles que têm mais de 100 mil habitantes e

oferecem mais oportunidades de emprego. “Elas são cidades que se fortaleceram muito em cima da agroindústria, dos serviços educacionais, de saúde, comércio em geral. São hoje pólos regionais que concentram populações de seus respectivos estados”, explica Emmanuel Mattos. (UC)

Fonte:

http://www2.correioweb.com.br/cbonline/brasil/pri_bra_86.htm - 12.01.06

Refugiados "invadem" a Amazônia pela fronteira colombiana

Segundo órgão da ONU, são cerca de 4.000 pessoas sem proteção oficial, muitas fugindo das Farc

Sandra Silva

O número oficial de refugiados no Brasil é de 3.200 pessoas, que vivem principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Os africanos representam 75% desse total, mas um outro grupo que cresce a margem das estatísticas oficiais já supera esse número: são os colombianos, que vivem na região amazônica e entram livremente no país pela fronteira.

Uma missão do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (Acnur), realizada no mês passado na Amazônia brasileira, constatou que apenas naquela região há cerca de 4.000 colombianos, vivendo sem qualquer documentação brasileira e fugindo da guerrilha das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia).

Com o apoio da Polícia Federal, a missão identificou ainda outros mil índios colombianos que também atravessaram a fronteira para viver com tribos irmãs no país. Em Tabatinga (AM), por exemplo, 50 índios da tribo Ticuna se arriscaram a vir para o Brasil para viver com brasileiros da etnia.

O padre Gonzalo Franco, que é representante no Brasil da Pastoral de Mobilidade Humana da Diocese do Alto Solimões, explica que, para fugir da Colômbia, eles utilizam uma rede de solidariedade ligada à Igreja Católica e têm Tabatinga como a principal porta de entrada.

A saída da Colômbia é por Letícia, na Amazônia colombiana. É da própria paróquia da cidade que veio a denúncia do crescimento expressivo no

número de colombianos em busca de uma nova vida no Brasil.

Segundo o Acnur, famílias inteiras fogem da Colômbia. Muitas vezes, mulheres grávidas e crianças. O sustento vem de atividades informais. "Eles vivem sem nenhuma proteção oficial, apenas fazendo bicos e recebendo ajuda de famílias locais", afirmou um funcionário do Acnur que esteve na região.

A entrada no país não é complicada, já que não é exigido visto para colombianos. Para o Acnur, o problema é o fato de não procurarem ajuda e viverem ilegalmente. Para a igreja, o temor é o de que cresça a marginalidade na região pela falta de dinheiro dos recém-chegados.

Conexões

O padre Franco trabalha na integração à sociedade brasileira dos colombianos que fugiram das Farc. Na semana passada, por exemplo, estava envolvido com um grupo de 13 colombianos que iam para Manaus; na semana anterior, ajudou outras seis famílias que chegaram a Tabatinga, num total de 22 pessoas.

"Não temos nenhuma casa de abrigo oficial, e nosso trabalho está apenas começando, então procuramos famílias da igreja para hospedar esses colombianos. Eu recebo telefonemas de padres da Colômbia e começo a procurar casas, roupas, fogão e trabalho para os que vão chegar.

Meu trabalho é acolher essas pessoas", disse o padre.

Além de Tabatinga, eles vivem em outras cidades na fronteira, como Benjamin Constant e Atalaia. Muitas vezes chegam sem dinheiro. Muitos são profissionais com curso superior que tiveram de abandonar suas casas e profissões por conta da guerrilha.

"Os que entram com pedido de refugiado têm de esperar meses por uma resposta", disse Franco. Sem dinheiro e com medo, os colombianos se recusam a conceder entrevistas. Contam apenas com a boa vontade dos amazonenses.

Franco conta algumas histórias, como a de uma família colombiana que teve de fugir do sítio onde morava por ter sido acusada pelos paramilitares

de colaborar com as Farc. "A guerrilha ficou quatro ou cinco dias na casa deles, e eles não resistiram, mas depois sofreram essa perseguição. Tiveram de abandonar tudo. Até a casa".

Alguns colombianos acabam retornando para viver na fronteira, em Letícia. "Um militar teve de fugir de sua casa depois que a guerrilha descobriu sua profissão. Agora ele está em Letícia, mas poderá voltar para o Brasil a qualquer momento. Estou recolhendo roupas, colchões e alimentos para quando refugiados como ele voltarem", afirmou Franco.

Fonte: www1.folha.uol.com.br/online – 05.03.06

No porão da Europa

Clóvis Rossi

Era uma vez um tempo em que um dos principais produtos portugueses de exportação era sua própria gente. Longos anos de desesperança fizeram levar e mais levar de portugueses buscarem futuro em outra parte, Brasil inclusive.

Hoje, Portugal importa até médicos. Já há 1874 médicos espanhóis trabalhando em Portugal, no bojo de um processo de liberalização do movimento desse tipo de profissionais em toda a Europa (a própria Espanha é também importadora de médicos, em especial poloneses).

O médico polonês ganha em sua terra, na média, 300 euros mensais. Na Espanha, o salário é dez vezes maior (no serviço público, é bom que se diga). No Brasil, muito consultório privado não chega a esse nível de renda (cerca de R\$ 9 mil).

Pena que o livre movimento de pessoas, que deveria ser corolário do livre movimento de capitais e bens, seja apenas relativo. Não vale, na Europa, para médicos não-europeus nem para profissionais menos badalados, especialmente os que não têm diploma universitário.

Aí, entra o Brasil. Hoje, brasileiro em Portugal é sinônimo de garçom e peão da construção civil, para não mencionar prostitutas (ou jogadores de futebol, únicos profissionais brasileiros que o mundo reconhece como de excelência).

Uma pesquisa de 2003 da Casa do Brasil de Lisboa confirma cientificamente a impressão empírica: 42,6% dos migrantes trabalham no comércio (basicamente restaurantes) e 32% são operários, majoritariamente da construção civil.

A inversão do fluxo migratório entre Brasil e Portugal conta muito da história de desesperança dos dois lados do Atlântico. Ao integrar-se à Europa, Portugal recuperou o futuro, por muito que haja hoje desânimo pela estagnação econômica dos últimos cinco anos.

O Brasil (ou os brasileiros) se integra à Europa (ou a Portugal) no porão do emprego que o português não quer mais. Até quando?

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2201200603.htm> - 22.01.06

Líderes religiosos dos Estados Unidos pedem reforma migratória que respeite os direitos

Convocados pelo cardeal Theodore E. McCarrick, arcebispo de Washington

Em um encontro sem precedentes celebrado essa quarta-feira em Washington, líderes de diferentes conformações religiosas, chefiados pelo cardeal Theodore E. McCarrick, arcebispo de Washington, pediram ao governo dos Estados Unidos uma reforma migratória integral que respeite os direitos humanos dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, defenda a segurança nas fronteiras deste país, sobretudo a fronteira com o México.

O acordo pelo qual trabalha a Igreja Católica americana para conseguir uma reforma migratória que resguarde a segurança nacional e contenha a salvaguarda dos valores de compaixão, acolhida e a oportunidade de desenvolvimento «sobre os quais se construíram a nação americana», segundo expressou o cardeal McCarrick, foi avalizado pelas Igrejas e confissões cristãs que atendem os hispânicos, alguma associação judaica e pela federação de Igrejas de Cristo.

Durante sua alocução, o cardeal e arcebispo de Washington reconheceram que a imigração «não é um tema simples; propicia fortes reações nos sistemas econômico, social e de segurança nacional»; contudo, disse o cardeal McCarrick, «a imigração é um assunto de humanitarismo que impacta, de maneira direta, na dignidade e na vida da pessoa, criada à imagem e semelhança de Deus».

«É justamente pelo impacto que tem sobre a dignidade da pessoa humana e na vida humana que nós estamos certos de que, aqui e agora, a

imigração é um assunto de ordem moral», agregou o cardeal McCarrick, principal orador e organizador do encontro inter-religioso, cujo objetivo foi pressionar o Senado dos Estados Unidos a que, em sua sessão de hoje, adote estes princípios humanitários em seu debate sobre a segurança e o controle da imigração.

«Nós, na Igreja Católica, disse o cardeal McCarrick, vemos diariamente as conseqüências humanas de um sistema migratório tão fraco como o nosso; vemos as famílias separadas, a exploração à qual são submetidos os trabalhadores, os abusos aos que são submetidos os migrantes por grupos hostis, e, em algumas ocasiões, vemos como morrem no deserto. Mudar esta situação migratória é um assunto grave de moralidade que devemos enfrentar», asseverou o arcebispo de Washington.

Finalizou dizendo que os «Estados Unidos devem criar um sistema migratório que responda ao humano sem descartar o serviço à economia e a necessidade de manter nossa segurança nacional».

Cabe destacar que neste ano, morreram ao menos 450 imigrantes de origem mexicana tentando chegar a um lugar de trabalho nos Estados Unidos.

Fonte: <http://www.zenit.org/portuguese/> cód.ZP06030210 - 02.03.06

Bush não descarta muro de separação entre EUA e México

O presidente americano, George W. Bush, justificou nesta quarta-feira o fortalecimento da fronteira com barreiras suplementares nas zonas urbanas de maior fluxo de imigrantes, e não descartou a construção de um muro que separe totalmente seu país do México.

"A intenção é utilizar muros em algumas áreas, especialmente em centros urbanos, onde é fácil entrar ilegalmente no país", explicou Bush em um ato em Louisville (Kentucky, centro), onde foi

perguntado sobre o projeto de muro por um jovem chamado Mario, de origem mexicana.

"É impossível construir um muro ao longo de toda a fronteira" com o México, que tem cerca de 3.200 km, garantiu o presidente, que disse saber do que falava por ter sido governador do Texas, um estado que limita ao sul com o país vizinho.

"Mas alguém pode detectar essas zonas de passagem em áreas altamente urbanizadas e utilizar algumas construções (...) para impedir que

se produza tráfico de pessoas ao longo da fronteira", completou Bush, em meio à polêmica criada pela aprovação pela Câmara de Representantes de um projeto de muro com proteções adicionais que cobriria um terço da extensão da fronteira.

Muros

Desta forma, o presidente deu um prudente apoio à idéia de acrescentar, em outras áreas, muros de cinco metros de altura, como os construídos recentemente na fronteira em San Diego (Califórnia, sudoeste).

Esse sistema de muros, aos quais se soma uma rota para as patrulhas, foi defendido pelo congressista republicano da Califórnia Duncan Hunter, quando apresentou em outubro sua emenda para ampliar o muro de San Diego para um terço da fronteira com o México, com o objetivo de frear a imigração.

O polêmico projeto, chamado de "vergonha" pelo presidente mexicano, Vicente Fox, foi aprovado em dezembro pela Câmara de Representantes e espera a ratificação no Senado.

Bush aproveitou a oportunidade para respondeu seu colega mexicano. "O presidente Fox entende que tem de reforçar a fronteira sul do México

frente às pessoas chegando do sul", disse o presidente dos EUA, que voltou a defender a criação de um sistema temporário que permita aos imigrantes "fazer o trabalho que os americanos descartam".

Promessa

A medida foi prometida há dois anos e ficou de fora da reforma migratória aprovada pela Câmara.

Como de costume, Bush se declarou contra uma legalização em massa dos cerca de 11 milhões de trabalhadores clandestinos que vivem nos Estados Unidos. "Sou contra uma anistia", frisou, explicando que "a anistia significa cidadania automática e sou contra isso".

Bush espera que o Senado debata a reforma migratória no final deste mês ou em fevereiro.

O projeto do muro originou fortes reações de vários países latino-americanos. O republicano Tom Tancredo (Colorado) - um dos maiores defensores de medidas antiimigrantes no Congresso - exigiu ontem que essas nações "não se metam no que ele considera assuntos internos americanos".

Fonte: www1.folha.uol.com.br/online – 10.01.06

Presidente cita queda na entrada de ilegais brasileiros como prova do sucesso de medidas antiimigração

Iuri Dantas

O presidente americano, George W. Bush, defendeu o endurecimento da política de imigração promovido por seu governo, citando a queda nas estatísticas de brasileiros ilegais presos na fronteira com o México como exemplo de que ele funciona.

"Recentemente, testamos a efetividade dessas medidas com brasileiros imigrantes ilegais pegos no Vale do Rio Grande, na fronteira do Texas. O esforço foi chamado Operação Texas Secure-os ["Texas Hold'em", no original, nome inspirado num tipo de pôquer]. E tivemos resultados impressionantes", disse Bush, em discurso no Arizona, anteontem.

Bush disse que o número de brasileiros detidos na região caiu 90%. Em toda a área de fronteira, a queda variou de 50% a 60%, de acordo com Bush.

Na região, o governo passou a adotar uma tática chamada "remoção rápida", na qual a deportação do imigrante detido é agilizada. Com menos burocracia, a deportação leva em média 32 dias.

"Prende-e-solta"

Essa abordagem se contrapõe ao método conhecido como "prende-e-solta", que serve para qualquer estrangeiro, menos os mexicanos: a Patrulha de Fronteira detém o ilegal, mas o deixa sair da prisão sob a promessa de que se apresente a um juiz dentro de alguns dias.

"Com todas estas medidas, estamos fazendo justiça mais efetivamente e estamos mudando a política de "prender-e-soltar" para uma política de prender e mandar de volta", disse Bush.

Em geral, apenas 1 em cada 4 estrangeiros ilegais se apresenta na corte no dia determinado. Enquanto vigorava a política de prender e depois liberar o ilegal, muitos brasileiros aproveitavam a brecha e se entregavam a policiais depois de ultrapassar a fronteira.

Rota mexicana

No caso dos mexicanos, as regras são mais duras, prevendo o retorno imediato do ilegal para o seu país. O próprio México vem tomando medidas para reduzir sua imagem de rota de entrada ilegal nos Estados Unidos. Como o

número de brasileiros era o que mais crescia na passagem da fronteira, o México reinstalou o visto para brasileiros em 23 de outubro, apertando a fiscalização.

Por outro lado, o plano da Casa Branca prevê o lançamento de um programa de trabalhadores temporários, o que atende interesses de grandes empresas por mão-de-obra barata, mas tem a oposição de parte dos republicanos.

Estima-se que o número total de imigrantes ilegais hoje nos EUA varie de 10 milhões a 20 milhões.

Fonte: www1.folha.uol.com.br – 31.11.05

América Latina: proteção a migrantes

O número de migrantes da região aumentou de 21 milhões de pessoas em 2000 para quase 25 milhões em 2005, somando 13% do total mundial. Esta cifra revela a necessidade de impulsionar medidas para a governabilidade da migração internacional desde uma perspectiva latino-americana, facilitar a mobilidade, potencializar externalidades positivas e proteger os direitos humanos de todos os migrantes, sustenta a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

O documento "Migración internacional, derechos humanos y desarrollo en América Latina y el Caribe" fue presentado ante los delegados de los gobiernos reunidos en el 31º período de sesiones de la CEPAL, que tiene lugar en Montevideo del 20 al 24 de marzo. Lá são oferecidas orientações para fazer frente aos desafios e oportunidades para o desenvolvimento que apresenta a migração, com um enfoque dos direitos humanos dos migrantes e seus famílias.

México, Comunidade do Caribe e Colombia têm a maior quantidade de emigrantes, superando 1 milhão de pessoas em cada caso. Outros nove países ultrapassam o meio milhão (Argentina, Brasil, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Peru e República Dominicana) cada um. Em vários países caribenhos mais de 20% da população se encontram no exterior, enquanto que na América Latina as percentagens mais

altos correspondem a Cuba (8,7), El Salvador (14,5), México (9,4), Nicarágua (9,6), República Dominicana (9,3) e Uruguai (8,3).

Os Estados Unidos continuam sendo o destino preferido. Até 2004 havia 18 milhões de imigrantes provenientes da região e juntamente com seus descendentes nascidos lá já são a primeira minoria étnica do país. Entre suas características destacam os fortes laços que este grupo mantém com seus países de origem. Por outro lado, quase a metade dos latino-americanos e caribenhos vive de forma não documentada.

O estudo da CEPAL registra também a ampliação e diversificação dos destinos da migração. Desde os anos 90, aumentou o número de latino-americanos que se dirige à Europa (em particular à Espanha), Japão e Canadá, que se estima em 3 milhões de pessoas. A Espanha é o segundo destino da emigração regional, com 1,2 milhão de pessoas em 2004.

Argentina, Costa Rica e Venezuela se mantêm como os principais destinos da migração intra-regional, ainda que, agora, existam países que combinam sua condição de receptores com a de emissores, de trânsito e retorno (vários Estados insulares do Caribe, México, os países do Istmo Centro-Americano e alguns do Cone Sul).

Estes migrantes somam 3 milhões de pessoas e se deslocam entre países fronteiriços ou

geograficamente próximos, o que coincide com as iniciativas destinadas à facilidade da mobilidade na Caricom, Mercosul e Comunidade Andina de Nações.

A metade dos migrantes internacionais da região são agora mulheres, que viajam muitas vezes sozinhas em busca de oportunidades de trabalho e se ocupam em serviços domésticos. A migração qualificada continua causando perdas para os países emissores, e o potencial benefício através da circulação e do retorno não parece materializar-se. Em todo caso, existem iniciativas em vários países para estabelecer vínculos com suas comunidades de emigrados e apoiar redes científicas associadas às diásporas. A situação dos países de economias menores preocupa por causa da emigração de profissionais, especialmente de suas enfermeiras e professoras. Os países mais povoados experimentam, igualmente, perdas sensíveis em áreas especializadas e seu fluxo constante ameaça as massas críticas de conhecimento.

Outra característica nova da migração é o grande crescimento das remessas, que têm se transformado numa das principais fontes de financiamento externo para a região. México, Brasil e Colômbia concentram mais de 60% das remessas recebidas na região, e 20% são

captados pela Guatemala, El Salvador e República Dominicana.

As remessas refletem a vinculação dos trabalhadores migrantes e são um apoio à economia nacional que desafia as políticas públicas. Em países como Haiti, Nicarágua e Honduras representam 24%, 11% e 10% do PIB, respectivamente, e em economias maiores como as de El Salvador e República Dominicana, 14% e 10%. Sua utilização, sua medição, os custos de transferência, o potencial produtivo, são temas de debate. Um estudo recente da CEPAL indica que sua repercussão em termos de pobreza em toda a população é pouco significativa, se bem que para os lares que as recebem sejam uma renda estratégica.

Juntamente com o fato de ser uma saída para o desemprego e a falta de oportunidades, a migração internacional acarreta crescentes riscos e vulnerabilidades. Os direitos humanos de muitos migrantes, seja ao longo de suas travessias, durante sua inserção nas sociedades de destino ou durante o processo de repatriação, são freqüentemente vulnerados de maneira alarmante, assinala a CEPAL.

Fonte:
<http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=21641>
- 22.03.06

ARTICLES IN ENGLISH

House Passes Enforcement Bill Lacking Temporary Worker Program

Julia Gelatt, Migration Policy Institute

The House of Representatives passed its version of immigration reform on December 17 with a Republican-sponsored bill that would make unauthorized presence in the country a felony rather than a civil crime and would require employers to verify all employees' eligibility to work in the United States by using an electronic database.

The "Border Protection, Antiterrorism, and Illegal Immigration Control Act of 2005," sponsored by Rep. James Sensenbrenner (R-WI), would also build a high-tech fence along sections of the southern border, facilitate the enforcement of

federal immigration law by local officials, and require detention of all non-Mexican unauthorized immigrants apprehended at or between official ports of entry.

A controversial amendment to eliminate citizenship for US-born children of unauthorized immigrants was voted down, as was an amendment to build a fence along the entire southern border.

The bill, which passed with a 239 to 182 vote, is considered unlikely to pass in the Senate because it does not provide for the type of temporary worker program proposed by Senators from both

parties. President Bush has also endorsed matching enforcement with a temporary worker plan.

A combination of business groups, including the US Chamber of Commerce, as well as religious organizations, labor unions, and the National Council of La Raza all opposed the bill. Critics expressed concern at its treatment of businesses and unauthorized immigrants.

Proponents in Congress argued they were responding to constituents' immigration concerns and fixing long-standing failures in immigration law enforcement.

A spokesman for Mexican President Vicente Fox stated that reform addressing only security would not solve bilateral immigration challenges. Fox himself called the proposal for an expanded border fence "shameful."

President Bush praised the bill, but also restated his commitment to immigration reform that includes a temporary worker program. He urged the Senate to take action on immigration so that he could "sign a good bill into law."

The Senate debate on immigration reform is expected to begin by early February in the Judiciary Committee, which will consider a markup prepared by Chairman Arlen Specter (R-PA) that includes a temporary worker provision (see December 2005 Policy Beat for details).

Other provisions of the House bill include:

Raising fines for employers who do not verify that new employees have authorization to work in the country and eventually requiring all existing employees to be checked against an eligibility database.

Raising fines for smuggling and penalties for immigrant gang members. Barring entry for nationals of countries that denied or delayed acceptance of immigrants removed from the United States.

Providing training for local law enforcement authorities across the country so they can enforce federal immigration law and reimbursing local authorities for immigration enforcement expenses. Making it a crime for anyone to assist immigrants who enter the country without authorization.

Authorizing the expenditure of more than \$2.2 billion to build double-layer border fences in parts of California and Arizona. Eliminating the Diversity Visa program, which allocates visas to immigrants

from countries underrepresented in the immigration system.

Policy Beat In Brief

H-1B Provision. The House of Representatives and Senate passed a version of the Budget Reconciliation bill — aimed at decreasing the budget deficit by about \$39.4 billion — that would not authorize new H-1B and other employment-based visa numbers, as had been proposed by the Senate Judiciary Committee (see December 2005 Policy Beat for details). The Senate approved the bill with minor revisions on December 21. The House must now vote again on the amended version; its passage is considered all but certain.

Worksite Enforcement. The Department of Homeland Security (DHS) plans to announce new regulations to help employers verify their employees' work eligibility, according to a public statement by DHS Secretary Michael Chertoff. The regulatory changes would have two goals: simplifying the verification process for employers and creating tougher and more immediate punishment for noncompliant businesses. Chertoff also expressed DHS opposition to proposals to build a physical wall along the US border. He stated that such a tactic is "phenomenally expensive" and not particularly effective.

Security Checks at USCIS. A report by the Inspector General of DHS found that security checks performed by the US Citizenship and Immigration Service (USCIS) are overly reliant on documents that may be falsifiable. Also, the Inspector General said that USCIS lacks effective management for ensuring staff complete checks correctly, and that the agency is overly dependent on inefficient, paper-based processes. The Inspector General recommended expanding the use of biometric identification, clearly outlining objectives for staff to follow in completing background checks, as well as developing a measurable, risk-based plan to select cases for more thorough checks. USCIS conducted 7.3 million background checks in fiscal year (FY) 2004.

Border Surveillance Challenges. Another report by the DHS Inspector General found that Border Patrol remote surveillance technology faces several challenges, including lack of coordination between sensors and remote cameras, needless investigations into legitimate activity detected by

surveillance devices, delays in installing cameras, and historical, cultural, and environmental restrictions on camera site selection. The Inspector General recommended that US Customs and Border Protection (CBP) ensure that future technology purchases can be integrated, standardize processes for collecting and reporting data on unauthorized entries and responses, and develop processes for measuring technology performance and site selection.

Hispanic Literacy. English literacy of Hispanic adults in the country declined between 1992 and 2003, according to the US Department of Education's National Assessment of Adult Literacy survey. While the average literacy scores of Blacks and Asians/Pacific Islanders increased by six and 16 points respectively, the average English literacy scores of Hispanics dropped by 18 points. However, the test did not look at how long test-takers had been in the country. Influxes of

new Hispanic immigrants may have distorted the results for Hispanics.

Detentions. Legally admitted immigrants who have been charged with a non-felony crime and face removal proceedings cannot be detained without bail, unless their removal proceedings are expedited or they can be shown to be a flight risk or danger to the community, according to a December 13 ruling by the Ninth US Circuit Court of Appeals in *Tijani v. Willis*. The court stated that it is "constitutionally doubtful" that Congress has authority to authorize imprisonment of long duration for authorized immigrants subject to removal. The immigrant in question, Monsuro O. Tijani, had been detained for over two years and four months for 12 counts of falsifying financial statements.

Fonte:
<http://www.migrationinformation.org/USFocus/display.cfm?ID=367-01.01.06>

Countering Terrorist Mobility

Susan Ginsburg

In 2003, the Department of Homeland Security (DHS) was established as a response to the apparent ease with which terrorists entered the United States to plan for and carry out the September 11, 2001, terrorist attacks. One of the department's main tasks: improving border security.

Now the topic of border management is at the center of the political debate on immigration reform. This is occurring at a time when national counterterrorism strategy itself is being updated, and a strategy for constraining terrorist mobility will be forthcoming from the National Counterterrorism Center (NCTC), which President George Bush created in August 2004 to centrally analyze and collect terrorism-related intelligence and exercise coordinating management over strategic counterterrorism planning and operations.

These circumstances create a need and a valuable opportunity to examine how counterterrorism strategy relates to border security and immigration reform, and how terrorist mobility could be countered.

Immigration Policy and Terrorism

The first step is to recognize that while public discourse tends to equate immigration reforms with blocking terrorists' ability to travel, terrorist mobility comprises a set of problems distinct from, although clearly linked to, the phenomenon of global migration and the problem of controlling immigration to the United States.

Solving the domestic immigration problem requires a democratic consensus about the level and criteria for immigration, taking into account the economic, social, and political forces that drive immigration. It means striking a balance among competing concerns over national cohesion, economic impact, a spectrum of human rights issues, compassion toward refugees, human trafficking, and constitutional order. The balance of social unity, prosperity, and justice matters immensely to the country's security and legitimacy.

Prevailing over enemies that use terrorist stratagems, however, compels the United States

to focus on small, elusive groups and individuals who circulate globally and whose agenda is to harm US citizens and damage infrastructure to force changes in US policy. Both migration, with its large-scale movements and periodic eruptions, and terrorism, with its devastating attacks, demand long-term responses.

But migration of the many and terrorism by a few must first be distinguished before the most effective policies and tactics toward terrorism can be developed. That some of these will overlap in practice does not lessen the need for separately considered approaches and measures of success.

Thus, the second step toward improving the United States' ability to constrain terrorist movements is to establish terrorist mobility fully and formally as an independent functional component of counterterrorism. It could be viewed as analogous to the approach to terrorist finance, receiving the same kind of broad attention from thinkers and practitioners. As a subfield of counterterrorism, terrorist mobility encompasses the study of terrorist movements, and how to both counter and exploit them.

The nature of terrorist movement can best be described in response to a series of key questions:

- How is the terrorist travel function managed — by a terrorist travel facilitator or by arrangements with illicit travel organizations?
- What are the global geographic routes and transportation practices?
- What are the illegal entry and residence tactics in the United States — both the legal channels used illegally and the illegal channels?
- What are the geographic variations in the use of legal and illegal channels?
- How do terrorists interact with the illicit travel infrastructure that supports migration outside legal channels and crime?
- What are the legal and cultural safeguards that nations and peoples develop for immigration and citizenship and other political or social factors that may inhibit or support terrorist mobility?

Moving Toward a Terrorist Mobility Strategy

All but the most recent of the national strategies the government has published since 9/11 — the most important of which address national security,

homeland security, combating terrorism, and military-related homeland defense — omit mobility as a distinct functional element of terrorism requiring its own operational strategy. National strategies are important because they articulate what the country stands for and the risks it faces, and provide direction and guidance in acting on those principles and against those dangers.

Whatever other issues may be debated concerning current US strategies — and these strategies have evoked a range of responses — there can be no room for debate that countering terrorist mobility deserves to be included as a strategic operational element of counterterrorism. This is particularly true since Congress, in the Intelligence Reform and Terrorist Prevention Act of 2004, set forth requirements for an initial strategy to constrain terrorist mobility.

A terrorist mobility strategy (TMS), meaning a strategy that aims to prevent terrorists from entering the United States, would have three broad purposes:

- defensive — securing transportation, entry, and immigration channels against undetected terrorist movements and against attacks;
- offensive — exploiting the potential exposure created by terrorists' need to move people and material to disrupt them; and
- deterrent — raising the risk of global movement so that it becomes a factor in dissuading terrorists from attack.

Most policy discussion has focused on the first, defensive homeland-security purpose. And indeed, conceptually and practically, the three purposes overlap. For instance, an active defense by US border authorities does not passively await the approach of a terrorist or rely on hardened perimeters. Instead, it seeks to dismantle criminal travel networks through transnational criminal investigations and intelligence operations; to reduce the vulnerability of legal travel channels through global efforts to raise travel document security standards; and to support the offensive tracking of individual terrorists using intelligence, border inspections, and information analysis, among other actions.

The continued threat from Islamist terrorist groups is the obvious justification for a terrorist mobility strategy today. The mobility tactics used by Al Qaeda and its predecessors, both in the successful 9/11 attack and previous attacks

against Americans in the United States and abroad, continue to be relevant. Entry from Canada with the support of Islamist cells there, embarkation from US Visa Waiver Program countries in Europe, surreptitious entry from Mexico through human smuggling channels, and recruitment and transportation in the United States are all serious issues for a terrorist mobility strategy.

While much attention has been focused on the southern border, the United States' security relationship with Canada is especially important, as suggested by proximity, less restrictive travel regulations, and the scale of Canada's terrorist presence. Similarly, the security relationship with Europe is especially important because of the violent Islamist factions there, as well as more lenient travel regulations for EU citizens.

The intention here is not to refine priorities but to assume a broad vulnerability through all potential points of entry and exploitation of the US immigration system, and explore a general approach to addressing both.

A strategy to undermine and disrupt terrorist mobility would require the following:

- Establishing high standards of knowledge of terrorist mobility;
- Targeting terrorists who act as travel facilitators;
- Aggressively working to shrink and exploit the illicit travel networks (e.g., document providers, human smugglers and traffickers, and other transnational criminals) that are a source of travel facilitation and funds for terrorists;
- Investing in the ability to track individuals en route;
- Equipping legal entry and immigration channels to better detect terrorists;
- Denying terrorist access through illegal entry channels;
- Creating a systematic approach to constraining terrorist mobility within the United States; and
- Conducting thorough, post-incident and post-attack terrorist mobility reviews that enable preventive measures to be strengthened and public confidence to be bolstered.

Each of these elements would need to be effectively integrated and continually improved.

While the United States has a greater obligation to secure its own entry channels, the job becomes exponentially more difficult — even impossible — without security partnerships with neighbors and allies, greater security within their borders, and greater security of common global travel and trade pathways. This necessitates a greater emphasis on terrorist mobility related diplomacy and leadership in the development of new laws and processes internationally.

It is an oversimplification to conceive of the job of preventing terrorist infiltration as a competition between resources allocated to generic "border security and immigration controls" on the one hand and to "intelligence" about terrorists on the other.

The border, transportation, and immigration systems are themselves venues for significant development of knowledge, rules, and processes with which to counter terrorist mobility; for operations against terrorist travel facilitators; and for the application of methods of terrorist detection that go well beyond watch-list use. Development of these measures would strengthen US defenses against terrorists — including through support to offensive operations — and also generally reduce the vulnerability of border and immigration systems.

Weaknesses in the Current Approach

While there are well-established and highly effective programs already focused on terrorist movements, there are some notable weaknesses in US efforts so far. These largely mirror challenges facing the overall counterterrorism effort.

Limitations are particularly evident where innovation and nontraditional relationships are called for in and among governmental functions. For example, there is a need for

greater infusion of classical intelligence and investigative practices into the border control and immigration systems (analogous to the need to dismantle the "wall" between law enforcement and the intelligence community);

central compilation and analysis of immigration law investigation information;

the sharing of information between the law enforcement community and analytic units in the homeland security and intelligence community;

and expanded terrorism-related crime control that bridges the United States and foreign countries.

Most importantly, the knowledge and effective activities that do exist would need to be integrated and deployed for maximum impact. Tactics to gain insight into and disrupt terrorist movements can be optimized only by simultaneous employment of all of these operational levers.

Direction, management, and the supporting organizational structures are critical for designing and carrying out such a complex task. Although some key elements are in place, they are not yet sharply defined or authoritatively developed. For example, top officials are not yet provided with a baseline report that lists suspected terrorist entries and stays by location, channels, transit paths, and detection and confirmation methods. Only the new National Counterterrorism Center has the potential to ensure the standardized compilation of such basic data, which must come from a range of agencies.

In terms of organizational structure, the government does not yet have a way to systemically scrutinize terrorist travel documents, investigate suspected terrorist entries and illegal residence, or carry out transnational investigations of and operations against terrorist travel facilitators. A key area of ambiguity is the Department of Defense's role in terrorist mobility countermeasures at US borders, within the United States, and globally.

For the foreseeable future, insufficient integration of assets is the most fundamental problem. The structural advantage of having established DHS is that it consolidates agencies with authority in the US border and immigration zone, a legally and geographically distinct arena in which terrorist vulnerabilities can be effectively exploited and vulnerabilities reduced.

But with respect to terrorist mobility, DHS has an ambiguous and problematic relationship with the Federal Bureau of Investigation (FBI), which is the designated but struggling domestic counterterrorism agency. Also unclear is how DHS will be integrated into a globally networked counterterrorism effort in a structure in which the Department of State leads foreign policy and the NCTC directs counterterrorism.

Conclusion

Addressing the role of terrorist mobility at the highest levels of government would make it easier to closely tie the priorities and resources for countering terrorist mobility to the United States' larger terrorism agenda. Thus, mobility measures could be fully and carefully considered in designing policies and actions to deal with terrorists, dissuade state sponsors of terrorism, and construct comprehensive security measures for the border, among other measures.

In each discrete area, the United States could make significant progress by making terrorist mobility a more important consideration than it is today. If, at the highest level of national strategic and policy discussions, constraining terrorist mobility continues to be casually conflated with maintaining a functional and acceptable immigration system and effective border security — goals that are essential but different and dangerously limiting — the United States will continue to lose vital opportunities to defend, deter, and strike.

Fonte:
<http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?ID=379-01.03.06>

India, B'desh set for talks as border issues loom

Reuters

Neighbours India and Bangladesh begin talks on Tuesday that are expected to focus on New Delhi's concerns over illegal immigration and Islamic militants operating from Bangladeshi soil.

Just ahead of Prime Minister Begum Khaleda Zia's meeting with her Indian counterpart Manmohan Singh in New Delhi, India's Border Security Force (BSF) said it had detained 1,200 Bangladeshis in West Bengal state this year.

BSF officials said this was a 30 percent jump in the number detained in the eastern border state compared to the first eight weeks of 2005.

"We are deploying more troops to plug the gaps in the new transit points," BSF Inspector-General Somesh Goyal told Reuters. India already has tens of thousands of troops on the border that runs through forests, hills, marshes and rivers.

Hindu-majority India and mainly Muslim Bangladesh share a 4,000 km (2,500 mile) border which New Delhi is fencing to check the illegal entry of Bangladeshi economic migrants and what Indian officials say is infiltration of Islamic militants.

New Delhi also says Indian separatist militants have bases in Bangladesh and strike frequently in India's restive northeast, a charge Dhaka denies.

In the past four years, these issues have strained the traditionally friendly ties between the much larger and more economically powerful India and impoverished Bangladesh.

Khaleda's three-day visit to India, which officially starts on Tuesday, is her first since assuming power in 2001.

Dhaka denies Bangladeshis illegally enter India and says India has not consulted it while going

ahead with its border fencing plan, which often leads to tension between their forces.

Under international pressure, Khaleda has cracked down on Islamist militants over the past few months, especially after concern in many world capitals following a series of coordinated blasts across the nation last August.

Indian analysts say New Delhi should encourage its neighbour to step up its campaign against Islamist militants which, they say, also pose a threat to India.

"The message to Khaleda Zia should be that it is in your own interest to crack down on Islamic militants," Uday Bhaskar, Deputy Director of the New Delhi-based Institute for Defence Studies and Analyses said.

"Religious radicalism is a double-edged sword and Dhaka should ensure it not does threaten Bangladesh itself."

Other issues Singh and Khaleda will address would be the \$1 billion trade gap in India's favour and sharing of river waters.

New Delhi helped in creating Bangladesh in 1971 by militarily backing a freedom struggle in what was then East Pakistan.

Fonte:

http://www.hindustantimes.com/news/181_1655127,0008.htm
– 21.03.06

Africans risk death on route to Europe

David Rennie

LOS CRISTIANOS, Spain -- Gangs making huge profits smuggling people from Africa have established a new, but deadly, route into Europe - by small boat from Mauritania to the tourist beaches of the Canary Islands.

Earlier this month, more than 1,000 sub-Saharan Africans staggered ashore at resorts on Tenerife and Gran Canaria after spending six days at sea.

They arrived in ports such as Los Cristianos, yards from startled British and German vacationers waiting to board the Jolly Roger pirate party ship or preparing to take glass-bottomed boat tours of the harbor.

More than 3,500 migrants have arrived by boat already this year, compared with 4,751 during all of last year. Last Tuesday, 331 migrants arrived

aboard nine cayucos -- 70-foot-long wood and fiberglass open boats used for night fishing in Mauritania.

An estimated one in three boats fails to survive the 500-mile journey from Mauritania. Spanish Red Cross officials estimate at least 1,200 migrants have drowned since the new route was established at the end of last year.

On Friday, a Spanish hospital ship slipped into Gran Canaria with 25 corpses in its hold, every one wearing a life jacket. Fishermen talk of "catching bodies," their skin bleached by the sun and salt, their eyes pecked out by seagulls.

The latest arrivals on Tenerife -- 106 African men in two boats -- were sent temporarily to the garage of a police station above the tourist strip of Los Cristianos, while soldiers prepared to convert

a unused barracks into a holding camp. A port policeman who saw the men arrive said they barely seemed to know where they were.

"Many of them could hardly walk. They were freezing," he said. "People felt sorry for them."

Boat people have been arriving in the Canaries for years, treating the islands as a gateway to Spain and the rest of Europe. Most are poverty-stricken migrants in search of work.

It has been one of the major sea routes into Europe for Africans, along with the Strait of Gibraltar, which is now more closely policed, or the journey farther east from Libya to Malta or the Italian island of Lampedusa.

The old route to the Canaries was much shorter: a 60-mile run from beaches on the border

between Morocco and the disputed Western Saharan region. Then, in late 2004, Spain persuaded Morocco to clamp down on the boats, and Moroccan authorities pushed thousands of migrants south into Mauritania.

Santiago Alonso, a doctor and head of Third World projects for Medicos del Mundo, estimates there are 10,000 to 15,000 migrants waiting in Mauritania for a chance to head to Europe.

A passage costs about \$1,230 a head with smugglers, although migrants have started banding together to buy boats and supplies, reducing the price to \$300 a head.

Fonte: <http://www.washtimes.com/world/20060320-105441-2203r.htm> - 20.03.06

Spain, Mauritania to stem migrant flow

Spain and Mauritania have agreed to operate joint coastal patrols and target illegal people-trafficking networks to deter thousands of African migrants from trying to reach Europe by sea.

A Spanish government delegation met Mauritanian military chiefs late on Thursday to discuss methods to deal with a crisis which the Spanish Red Cross estimates has cost more than 1000 lives since the start of the year.

"The two sides have studied the best ways to handle the migration flows and have adopted a series of measures to tackle this serious humanitarian situation," the two governments said in a joint statement on Friday.

Under the agreement, Spain pledged to help Mauritania build and manage reception centres to receive detained migrants.

The two sides also agreed to launch joint coastal patrols and Spain would give Mauritania four patrol vessels and help train their crews.

Spanish experts would also train Mauritanian security forces to track down migrant-smuggling networks and would give advice on how to detect false identity and travel documents.

Madrid also pledged to ask the European Union to give emergency aid to Mauritania.

Appeal for help

Mauritania had earlier called for international help to stem the exodus from its northern coast, where

scores of young men from around West Africa set out every night in rickety fishing boats bound for Spain's Canary Islands almost 800km away.

Yahya Ould Cheikh Mohamed Vall, governor of Mauritania's northern port of Nouadhibou, which has become a hub for migrants in recent months, told the Spanish delegation he needed immediate aid of \$230,000 a month.

Vall said the money was needed to tighten border controls, build a reception centre for detainees and fight the network of touts and middlemen who organise the migrants' voyages.

He said around 1000 sub-Saharan Africans were arriving in Nouadhibou every month to prepare for the crossing to Europe.

More than 900 have reached the Canaries since Saturday alone.

Mauritania has become the new route for those trying to smuggle themselves out of Africa since Morocco tightened its northern borders under pressure from the European Union late last year, pushing the problem further south.

Fonte: <http://english.aljazeera.net/NR/exeres/BAEB9488-E45D-4148-A8E0-2FC1CD02B290.htm> - 17.03.06

ARTÍCULOS EN ESPAÑOL

Latinoamérica con mayor migración en el mundo

SAN SALVADOR, *El Salvador*(NTX)

La vicepresidenta de El Salvador, Ana Vilma Escobar, dijo hoy que la alta tasa migratoria de Latinoamérica y el Caribe ha permitido un mayor crecimiento de las remesas familiares que a 2004 alcanzaron 46 mil millones de dólares. Al participar en un taller de migración que inició este jueves en esta capital, bajo el patrocinio de los gobiernos de El Salvador y México, Escobar explicó que la región ha creado el mercado formal e informal más grande de transacciones a nivel mundial.

Tras citar como fuente al Banco Interamericano de Desarrollo (BID), la funcionaria señaló que "la región acumuló un flujo total de remesas de 46 mil millones de dólares" en 2004 y se prevé que para los años próximos crezcan a un ritmo mucho mayor.

Reveló que América Latina se ubica como la región del mundo con más flujo migratorio, cuya cifra llegaría a 25 millones de personas, aunque dijo que era difícil dar números exactos de migrantes, ya que los países carecen de censos poblacionales actualizados.

Indicó que la población migrante creció de 1.5 millones de personas en 1960 a 11 millones en 1990, lo cual significa que hace 40 años los migrantes latinoamericanos representaban un aproximado del 0.7 por ciento de la población total de la región.

En la última proporción habría llegado a 2.5 por ciento.

En el seminario, inaugurado por el canciller salvadoreño Francisco Laínez, la vicemandataria aseveró que los flujos de remesas familiares se

han constituido en una red de protección social y de oportunidades.

El foro, en el que también participó la embajadora mexicana en El Salvador, Berenice Rendón Talavera, congregará hasta mañana viernes a 19 países del continente y tiene como finalidad explorar la dinámica de las variables de la migración y el sector privado.

Por su parte, el director del Instituto de los Mexicanos en el Exterior, Carlos González, dijo que seis millones de mexicanos viven de manera indocumentada en Estados Unidos y la política del gobierno está centrada en buscar un trato justo para ellos.

Explicó que personas de todo el mundo cruzan las fronteras mexicanas en su intento por llegar a Estados Unidos, y, en ese sentido, "debemos de tener una política de control de nuestras fronteras y ser consistentes con lo que nosotros pedimos".

Dijo que el interés de México es conservar la integridad de sus fronteras y en ningún momento tiene que ver con lo que pudiera pedir el gobierno de Estados Unidos, ya que "nosotros los mexicanos somos los más interesados en tener fronteras seguras".

Durante el foro disertarán expertos de la Organización Mundial de las Migraciones (OIM) de la Organización de las Naciones Unidas, empresarios y funcionarios de los países participantes en el cónclave.

Fonte:

<http://www.elimparcial.com/edicionenlinea/notas/Noticias/20060216/126630.asp> - 16.02.06

De África para América Latina: Fuga de cerebros: adiós África

Matteo Fagotto, de la Federación de Comités de Solidaridad con África Negra

El fenómeno de la fuga de cerebros le supone a África un coste de 4.000 millones de dólares al año en concepto de pago a profesionales

extranjeros, sobre todo en el campo sanitario, según un informe de la Organización Internacional para las Migraciones (OIM). El

informe explica que cada año miles de africanos formados universitariamente abandonan el continente hacia países desarrollados en busca de mejores condiciones de trabajo, oportunidades de formación y progreso profesional; generalmente para siempre. Según la Organización Mundial de la Salud (OMS) gran parte de los países africanos no alcanzan la cuota mínima de un médico por 5.000 habitantes. La pobreza, los conflictos, la escasa financiación de la investigación y, sobre todo, una constante búsqueda de personal médico por parte de algunos países industrializados son las principales causas del fenómeno. La OIM ha asegurado que "la comunidad internacional debe poner fin inmediatamente" a esta situación y, al mismo tiempo, los países africanos deben hacer todo lo posible para animar a los profesionales y estudiantes africanos en el extranjero a volver a sus países de origen y poner sus competencias al servicio de sus conciudadanos.

Este movimiento de fuga de cerebros se llama Green Card Lottery, pero en África se empieza a llamar neo-colonialismo encubierto. Cada año cerca de 70 mil africanos, muy bien cualificados, abandonan el continente atraídos por los nuevos programas de "inmigración selectiva" desarrollados por los países occidentales. Es un fenómeno que priva a África de sus mejores cerebros, colocándola en un círculo vicioso de pobreza y retraso social.

Un fenómeno nuevo. De por sí el fenómeno de la emigración a los países occidentales no es nuevo, pero en los últimos años ha tomado unas proporciones que antes eran impensables. Según datos facilitados por Naciones Unidas el número de esta "fuga de cerebros" se ha triplicado en los últimos 40 años, llegando a situaciones paradójicas como la de que haya más médicos nigerianos en los Estados Unidos que en su propio país. La hemorragia es especialmente preocupante en los sectores científicos y tecnológicos, en los cuales los países africanos están obligados a suplir las deficiencias provocadas por la emigración de masas e importar personal cualificado, precisamente de los países occidentales, con un coste total de 14 mil millones de dólares cada año.

Programas agresivos. Los programas como el Green Card Lottery y el Highly Skilled Migrant Programme británico han nacido para suplir el descenso demográfico de los países occidentales

porque también empieza a notarse en los niveles altos de la cadena económica. Estos programas permiten, gracias a un complejo sistema de puntos, reclutar licenciados jóvenes provenientes de todo el mundo, que ya hayan alcanzado un nivel alto de instrucción, permitiéndoles terminar los estudios de especialización y conseguir experiencia laboral: Take the best and leave the rest (coge lo mejor y deja el resto), como han sido significativamente rebautizados. El problema es que raramente los especialistas deciden retornar a su patria ya que los países de adopción garantizan un nivel de vida más alto para sus hijos. Y así se le priva a África de enteras generaciones de personas instruidas y dinámicas. El fenómeno afecta a todos los países pobres pero azota al continente negro de modo particular: según los datos de la inmigración de Estados Unidos, seis de los diez países que "proveen" el mayor número de inmigrantes especializados son africanos.

Círculo vicioso. Explicar esta disparidad no es difícil: los estados africanos son los más pobres, el nivel de los salarios es muy bajo, y la corrupción está difundida por todas partes, especialmente en las altas esferas, impidiendo el nacimiento de un sistema meritocrático. De este modo muchos especialistas están obligados a emigrar si quieren que se les reconozca su capacidad, y en los países occidentales tienen la posibilidad de demostrar lo que valen. Además, los programas occidentales atraen porque permiten a los recién llegados obtener los visados aún sin tener un trabajo, o poner en marcha una actividad económica. Objetivos, todos, irrealizables en África, donde es problemático hasta obtener un simple visado turístico entre un estado y otro. Naciones Unidas está estudiando, desde hace tiempo, el problema para intentar poner un freno al fenómeno, creando un sistema de incentivos que hasta ahora no ha dado resultados apreciables. Sin embargo, algunos estados como Eritrea recurren a métodos coercitivos, pidiendo una fianza de 15 mil dólares a los estudiantes que van al extranjero, o negando la expedición de los títulos de estudio hasta su regreso al país. Éstos son paliativos que actúan más (y de modo equivocado) sobre los síntomas que sobre el mal verdadero.

Alarmas sobre la instrucción. La Unión Africana también ha decidido afrontar el problema acometiendo un programa para el mejoramiento

de la instrucción y para una mayor integración entre los estados del continente. Problemas urgentes, -ahora que también Botsawana y Sudáfrica han empezado a ralentizarse-, que hace diez años atraían a muchos de estos especialistas. Y se puede comprender lo grave que es la situación a través del hecho de que buena parte de estos desesperados, que en los pasados meses han asaltado las "fortalezas" de Ceuta y Melilla, estuviera compuesta por

licenciados. Los agresivos programas de inmigración occidentales sólo son una cara de la moneda: si África no consigue mejorar sus condiciones de vida, será imposible bloquear la hemorragia.

Fonte:

<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=ES&cod=21614> - 21.03.06

La Unión Europea se endurece frente a la inmigración ilegal

Europa ante uno de sus grandes desafíos. Habría centros de recepción y alojamiento en varios países. Tanzania, Ucrania, Moldavia y Belarús recibirían a los refugiados. Se creará una lista de "países seguros" y habrá más rigor para tratar las demandas de asilo.

VIENA.- Los ministros europeos del Interior y de Justicia acordaron ayer en Viena una serie de medidas para frenar la llegada de demandantes de asilo a la Unión Europea (UE), entre las que se encuentra la creación de centros de recepción en Europa oriental y Africa para detener el flujo de inmigrantes ilegales que buscan una mejor vida en Europa occidental.

La creación de una lista de "países seguros" en materia de demanda de asilo o refugio, cuyos ciudadanos no podrían solicitar ese estatus en los Estados miembros de la UE, también forma parte del plan de acción presentado ayer en Viena. La idea, sobre la que los 25 no pudieron ponerse de acuerdo el año pasado, fue retomada por el ministro del Interior de Francia, Nicolas Sarkozy, y apoyada de forma general por el resto de los países.

Sarkozy propuso que se pidiera a las embajadas comunitarias que, con la coordinación local del diplomático que represente a la presidencia de la UE, realizaran una evaluación común de la situación de los derechos humanos en los países afectados.

Sarkozy consideró que la elaboración de esta lista sería muy útil para definir claramente el límite entre un pedido de asilo y un intento de inmigración ilegal y para reducir los abusos que se cometen en las demandas de este estatus. Al respecto, el representante de Italia puso como ejemplo el caso de su país, donde en 2004 el 90% de las demandas de asilo que se presentaron eran falsas.

Otra de las conclusiones de la primera reunión de trabajo bajo la presidencia austríaca de la UE fue la armonización de la concesión o no del asilo entre los 25 miembros del bloque, ya que "hay países que dicen sí y otros que no a las mismas personas y eso no puede pasar en la UE", admitió el ministro del Interior español, José Antonio Alonso.

Según el consejo europeo sobre refugiados y exiliados, mientras Austria otorga el estatus de asilado político a más del 50% de los demandantes, Grecia sólo lo hace con el 0,3% de los pedidos. Sobre este tema, Sarkozy dijo que era urgente crear el estatus de refugiado político válido para toda Europa, pues "es absurdo y contraproducente" que un solicitante en la actualidad obtenga distintos resultados de acuerdo con la nación de la UE donde se presenta.

Centros de recepción

Pero, además, para tratar de evitar la llegada de esas personas a territorio europeo, la UE impulsa un programa piloto de protección de refugiados en distintas regiones del mundo, como la zona de influencia de la ex Unión Soviética o Africa subsahariana.

Según Alonso, el primer centro de recepción estaría en Tanzania, para recibir a personas que parten de los estados centroafricanos. También se estudia la instalación de centros en Ucrania, Moldavia, Belarús y diversos lugares de Africa.

Allí, los migrantes recibirían alojamiento, seguridad y atención médica, pero no la promesa de poder radicarse en Europa. La Comisión Europea quiere que los pedidos de asilo sean procesados, en primera instancia, en esos centros. Pero la ministra del Interior de Austria, Liese Prokop, dijo que su país no iba a permitir "la concesión de asilos" en esos lugares.

Los ministros europeos acordaron también llevar al ámbito europeo los vuelos chárter que ya realizan en forma bilateral para repatriar a quienes no sean admitidos en territorio de la UE.

Otra iniciativa que buscará activarse con celeridad es la de los equipos de intervención rápida de la UE para crisis humanitarias por el flujo migratorio

en cualquier país del bloque. Estos equipos estarán conformados, entre otros expertos, por traductores, psicólogos y médicos.

Si el tema de los flujos migratorios siempre ocupó un lugar importante en la agenda europea, la cuestión cobró importancia por la situación registrada en Ceuta y Melilla (enclaves españoles en el norte de Africa), donde miles de subsaharianos intentaron ingresar en forma clandestina en octubre de 2005. Y en mayo pasado, unos 600 indocumentados llegaron en un solo día a la pequeña isla italiana de Lampedusa.

Fonte: www.lanacion.com.ar - 18.01.06

En España viven ya más de 150 mil argentinos

Según el último censo. La cifra solo computa los residenciales legales.

Juan Carlos Algañaraz (jcalganaraz@clarin.com)

En España, legalmente, hay 152.975 argentinos en el padrón de población que registra también un aumento de 22.124 argentinos residentes. Los datos figuran en el último informe sobre población residente en España del 1 de enero de 2005.

Mientras la demografía es uno de los grandes dolores de cabeza de los países europeos, en España hace dos años que la población aumenta significativamente. En el último período la cifra creció en 910.000 personas lo que significa un alza del 2,1% que sitúa al total del censo en 44.108.530 habitantes.

Otra vez el fuerte impulso de aumento poblacional está relacionado con los inmigrantes cuyo número se incrementó en 696.284 personas, un 22,9%, mientras que los españoles fueron 214.562, un 0,5%. En total, 3.730.610 personas (el 8,5% del total) de los residentes en España son extranjeros.

Los ciudadanos con nacionalidad extranjera más numerosos son los marroquíes (511.294), después los ecuatorianos (497.799), los rumanos (317.366) y los colombianos. También hay un número significativo de británicos (227.187), argentinos (152.975) y alemanes (133.588).

Hay que tener en cuenta que la comunidad argentina es, en realidad, más numerosa ya que

son muchos los inmigrantes de Argentina que residen en España con pasaportes de la Unión Europea, especialmente de Italia.

Por nacionalidad, fueron los rumanos los que incrementaron más su número con 109.406 inscritos en el padrón, seguidos por marroquíes (90.738), británicos (52.377), y bolivianos, 45.602. También fueron importantes los incrementos de inmigración de chinos (25.233), búlgaros (23.183), colombianos (22.345) y argentinos (22.124).

Por comunidades autónomas Cataluña registró mayor aumento de población (181.887), seguida por Andalucía (162.281), Madrid (159.314) y Valencia (149.145). Las comunidades del interior y del norte pierden peso en el conjunto de población del territorio. En las Islas Baleares, los extranjeros son el 15,9, en Madrid el 13,1%, Valencia el 12,4%, Murcia (12,4%), Cataluña (11,4%), Canarias (11,3%) y La Rioja (10,3%). Con menor proporción de extranjeros figuran Extremadura (2,3%), Asturias (2,5%), Galicia (2,5%), País Vasco (3,4%), Castilla y León (3,6%) y Cantabria (3,7%).

Fonte: <http://www.clarin.com/diario/2006/01/18/sociedad/s-02802.htm> - 18.01.06

EE UU prorrogó residencia a migrantes de países centroamericanos

Estados Unidos anunció la prórroga por un año suplementario del programa de residencia temporal (TPS) para más de 300.000 inmigrantes salvadoreños, hondureños y nicaragüenses, para el mayor alivio de esos tres países centroamericanos que celebraron la decisión.

El Departamento de Seguridad Interior (DHS, por sus siglas en inglés) anunció en un comunicado la prolongación del TPS hasta el 5 de julio de 2007 para 75.000 hondureños y 4.000 nicaragüenses y hasta el 9 de septiembre del mismo año para los 225.000 salvadoreños que se benefician del programa.

"En un esfuerzo continuo por ayudar a El Salvador, Honduras y Nicaragua a recuperarse tras los desastres naturales que afectaron a Centroamérica, el DHS anunció la decisión de prolongar por 12 meses adicionales el TPS para los tres países", explicó el DHS en un comunicado.

Gracias a esta decisión, los ciudadanos de dichas naciones, "que ya se beneficiaron del TPS y siguen cumpliendo las exigencias, podrán seguir viviendo y trabajando en Estados Unidos otros 12 meses", explicó el Departamento, sin precisar el plazo para que esas personas presenten su solicitud de renovación del permiso.

Los tres gobiernos centroamericanos celebraron la sexta prórroga del llamado Estatuto de Protección Temporal que permite a sus ciudadanos, amparados en él, acceder a permisos de trabajo y de residencia temporal en suelo estadounidense.

En Miami y en vísperas de visitar al presidente George W. Bush en la Casa Blanca, el mandatario salvadoreño Antonio Saca agradeció el gesto de Estados Unidos y dijo que esa decisión reconocía "que Centroamérica avanza por la senda democrática".

Las autoridades nicaragüenses agradecieron asimismo "al Gobierno de Estados Unidos por

conceder una vez más tan importante alivio migratorio que beneficia a los nicaragüenses que residen en dicho país".

Por su parte, el canciller hondureño, Milton Jiménez, también se declaró feliz. "Claramente esto es absolutamente satisfactorio, tanto para las autoridades del Gobierno, para el presidente de la República como para toda la ciudadanía", afirmó.

No faltaron elogios al presidente estadounidense: "Esta ampliación del TPS realmente a quien hay que agradecerle es al presidente George W. Bush porque en sus políticas de atenuar un poco la avalancha que hay dentro de Estados Unidos contra los inmigrantes, él ha sido un abanderado", destacó el presidente hondureño, Manuel Zelaya.

El mandatario aludía al actual y acalorado debate sobre la reforma migratoria en Estados Unidos tras la aprobación en diciembre de una ley exclusivamente represiva que todavía está pendiente de ratificación en el Senado.

Al respecto, Saca ya dijo que no se conformaría con la prórroga del TPS y insistió que le iba a pedir a Bush una reforma migratoria "justa, balanceada y compasiva", que beneficie a los más de 10 millones de inmigrantes indocumentados en el país legalizando su estatus.

El TPS ha sido otorgado por Estados Unidos a nicaragüenses, salvadoreños y hondureños, víctimas de catástrofes naturales, como los terremotos que asolaron a El Salvador del 13 de enero y el 13 de febrero de 2001, o el huracán Mitch a fines de 1998.

Guatemala también solicitó un TPS. Pero Estados Unidos sólo le ofreció en noviembre pasado un plan de permisos temporales de trabajo para migrantes guatemaltecos (AFP)

Fonte: <http://www.el-nacional.com/Articulos/DetalleArticulo.asp?Id=76466&IdSeccion=84> – 20.03.06

El número de indocumentados en Estados Unidos se acerca a los 12 millones de personas

Así lo estima un informe del centro de estudios Pew Hispanic Center, revelado durante un debate sobre la reforma migratoria en el Senado de ese país.

“El Pew Hispanic Center estima que viven actualmente en Estados Unidos entre 11,5 y 12 millones de migrantes no autorizados”, reveló el instituto, basándose en las tendencias a partir del censo federal del 2000 y en encuestas anuales y mensuales realizadas hasta el pasado mes de enero.

El autor del documento, Jeffrey Pasel, llegó a la conclusión de que el “número de migrantes no autorizados en Estados Unidos siguió creciendo firmemente durante varios años”, desde los 8,4 millones hallados por el censo de 2000 hasta las estimaciones de 11,1 millones para marzo del pasado año.

Migrantes no autorizados

Para llevar a cabo su encuesta, el instituto definió a los “migrantes no autorizados” como la persona que “reside en Estados Unidos, pero no es ciudadano norteamericano, no recibió una

residencia permanente o no depende de un estatuto temporal”, así como las personas que entraron con un visado y se quedaron cuando expiró.

La publicación de la encuesta del Pew Hispanic Center coincidió con el inicio en el Senado del tratamiento de la polémica reforma migratoria aprobada en diciembre por la Cámara de Representantes, cuyo objetivo es luchar contra la inmigración ilegal, convirtiendo en un delito el hecho de vivir en Estados Unidos sin autorización.

La ley también prevé la construcción de un muro en la tercera parte de la frontera terrestre con México, sanciones contra las empresas que empleen a indocumentados o a las personas que los ayuden cuando tratan de entrar en territorio estadounidense.

Washington - Con AFP

Fonte:

http://eltiempo.terra.com.co/inte/eucanada/noticias/ARTICULO-WEB-NOTA_INTERIOR-2779517.html - 07.03.06

Uno de cuatro niños en EE.UU. es de madre inmigrante

Uno de cada cuatro niños que nacen en Estados Unidos corresponde a una madre inmigrante legal o ilegal, el nivel más alto en la historia de la nación, y uno de cada 10 nacimientos viene de una madre inmigrante ilegal, dijo el jueves un grupo privado sobre la base de estadísticas de las últimas tres décadas.

El Centro para Estudios de inmigración (CIS o Center for Immigration Studies) consideró que “una de las razones” para ese tipo de explosión demográfica era el hecho de que se concede ciudadanía a todas las personas nacidas en territorio estadounidense, sean éstas hijos de turistas o inmigrantes indocumentados.

“Las investigaciones señalan que uno de los más grandes desafíos que encaran los países que reciben inmigrantes es la asimilación de los hijos de los inmigrantes”, dijo Steven A. Camarota,

autor del estudio y director de CIS, un grupo que suele alertar sobre los riesgos de la inmigración no controlada.

“Simplemente no sabemos cómo se producirá esa asimilación, pero es evidente que lo que está en juego para los Estados Unidos es enorme”.

Según la Oficina del Censo, en 2003 Estados Unidos tenía 33,5 millones de habitantes que nacieron en el extranjero, un equivalente del 11,7 por ciento de la población nacional.

De ese total, 53,3 por ciento había nacido en algún país de América Latina o el Caribe, 25 por ciento en el Asia, 13,7 por ciento en Europa y el 8 por ciento restante en otras regiones.

La población venida de países de Centroamérica, que incluye a México, representó ese mismo año más de dos tercios del total de la población extranjera nacida fuera de Estados Unidos.

Según Camarota, las madres inmigrantes "son muchos menos educadas que las madres nativas".

En 2002, el 39 por ciento de las inmigrantes no había terminado la educación secundaria, comparado con el 17 por ciento de las nativas, y los inmigrantes representan ahora el 41 por ciento de todos los nacimientos de madres que no han terminado ese nivel de educación.

Los estados donde se han dado los cambios más marcados en este tipo de nacimiento en la última década son Georgia, Carolina del Norte, Nevada, Nebraska, Arkansas, Arizona, Tennesí, Minnesota, Colorado, Delaware, Virginia y Maryland.

Según el estudio:

-En 2002, el 23 por ciento de todos los nacimientos en Estados Unidos provenían de madres inmigrantes (legales o ilegales), comparado con el 15 por ciento en 1990, 9 en 1980 y 6 por ciento en 1970.

-Estima que unos 383 000, o 42 por ciento, de los nacimientos entre los inmigrantes proviene de madre indocumentada. Así, los alumbramientos de indocumentadas representan actualmente casi 1 de cada 10 en Estados Unidos.

-El alto número de alumbramientos de madres indocumentadas persistirá en la medida en que sea difícil resolver el problema de la inmigración debido a que los niños ciudadanos estadounidenses pueden permanecer en el país, su ciudadanía puede evitar la deportación de los padres y una vez adultos pueden gestionar la residencia permanente de sus padres.

-El drástico crecimiento en los nacimientos entre inmigrantes ha estado acompañado por una importante declinación en la diversidad. El primer país en los nacimientos entre inmigrantes - México- ha aumentado del 24 por ciento en 1970 al 45 por ciento en 2002.

Fonte: <http://www.elcomercio.com/buscavan.asp> - 05.06.06

Latinoamericanos en campaña contra muro fronterizo

CARTAGENA, Colombia (AP) - Los cancilleres de once países latinoamericanos acordaron el lunes lanzar una campaña que busca mostrar los aportes económicos, sociales y culturales de millones de emigrantes en Estados Unidos.

Su meta es disuadir a las autoridades estadounidenses de lo inconveniente de endurecer sus políticas migratorias con medidas como la de construir un muro en la frontera con México, tipificar como delincuentes a los indocumentados o negarles la ciudadanía a sus hijos.

"Abordaremos las condiciones de nuestros connacionales en Estados Unidos... en donde el aporte de los migrantes en su desarrollo ha sido fundamental, sin embargo, a raíz del 11 de septiembre, el péndulo parece moverse en dirección contraria y se ve con recelo la migración", expresó el lunes la canciller colombiana Carolina Barco al inaugurar la reunión de trabajo con sus colegas.

Los cancilleres de México, Guatemala, El Salvador, Honduras, Ecuador; vicescancilleres de Nicaragua y Panamá; y representantes de Costa Rica y República Dominicana acudieron a la convocatoria de Barco en Cartagena, una

histórica ciudad del Caribe colombiano construida detrás de una muralla que la protegía de las incursiones de piratas durante la colonia española.

Los cancilleres rechazan, aunque admiten que es una decisión soberana, la iniciativa aprobada por el congreso estadounidense de construir un muro de 1.130 kilómetros de longitud en partes de California, Arizona, Nuevo México y Texas.

Los funcionarios evalúan las discusiones, propuestas e iniciativas que se discuten en Estados Unidos en materia migratoria; revisan estudios que muestran una visión positiva de los migrantes en esa nación y listan las organizaciones de inmigrantes que ayudan a sus fines.

"Es fundamental establecer líneas de acción encaminadas a consolidar las discusiones propositivas, que nos permitan acercarnos al gobierno de Estados Unidos y compartir estas preocupaciones con el ánimo de enriquecer la discusión", expuso Barco.

Los países que impulsan esta campaña tendrían al menos 15 millones de emigrantes en Estados Unidos, y les resulta crucial respaldarlos por los aportes que hacen a sus economías.

Tan solo los salvadoreños, que son unos 2,5 millones radicados en Estados Unidos, enviaron 2.830 millones de dólares a su país en el 2005; en el caso de Guatemala, ese rubro se constituyó como el más importante ingreso de divisas a su economía al registrar 2.992 millones de dólares el mismo año, cuando México recibió cerca de 20.000 millones de dólares, según cifras oficiales. El canciller salvadoreño Francisco Laínez declaró a la AP que "debemos ir creando conciencia de la importancia de que si hay una reforma migratoria, ésta sea integral".

Los migrantes "realizan una cantidad de trabajos que existen y que no están siendo hechos por ninguna otra persona, por lo que existe una demanda laboral, la cual es importante que sea reconocida", agregó.

Señaló que ahora "lo importante es que haya un diálogo profundo y un serio análisis" para que cambiar la línea en que inicialmente se planteó la reforma migratoria estadounidense.

El ministro de Relaciones Exteriores de Guatemala, Jorge Briz, declaró que "vamos a usar todas nuestras capacidades en este cabildeo, todas nuestras misiones, cancillerías, organizaciones de migrantes de nuestros países pueden colaborar, hacer un cabildeo con las cámaras de comercio locales, las iglesias, los organismos de la sociedad civil".

Fonte:

<http://www.elimparcial.com/edicionenlinea/notas/Noticias/20060213/126372.asp> - 13.02.06

Prossimi numeri della Rassegna MIGRAZIONI nell'attualità:

- Giugno - Economia: migrazioni e povertà
- Settembre - Cultura: integrazione / interculturalità / multiculturalismo
- Dicembre – Migrazioni forzate: profughi

Próximos números da Resenha MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE:

- Junho – Economia: migrações e pobreza
- Setembro – Cultura: integração / interculturalidade / multiculturalismo
- Dezembro – Migrações forçadas: prófugos / deslocados

Next up dates our Migration Review:

- June- Economy: Migrations and Poverty
- September- Culture: Integration/ intercultural/ multicultural
- December- Forced Migration: Refugees

Próximos números de la Reseña MIGRACIONES EN LA ACTUALIDAD:

- Junio – Economía: migraciones y pobreza
- Septiembre – Cultura: integración / interculturalidad / multiculturalismo
- Diciembre – Migraciones forzadas: desplazados

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

- 1 – BRASIGUAIOS.
- 2 – EMIGRAR - Opção ou necessidade.
- 3 – OS EXPULSOS DA TERRA.
- 4 – MIGRAÇÕES E TRABALHO.
- 5 – LEIS E MIGRAÇÃO.
- 6 – MIGRAÇÕES NORDESTINAS.
- 7 – JOVENS MIGRANTES.
- 8 – MIGRAÇÕES INTERNAS - Aspectos vários.
- 9 – DESEMPREGO.
- 10 – VÍTIMAS DO RACISMO.
- 11 – MORADIA - Direito de todos.
- 12 – FAVELAS - Migração da dignidade humana.
- 13 – FOME E MISÉRIA.
- 14 – LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO.
- 15 – A FAMÍLIA.
- 16 – TRABALHO ESCRAVO.
- 17 – SOS - Pequenos sem lar.
- 18 – REFUGIADOS.
- 19 – EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade.
- 20 – MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida.
- 21 – SEM – TERRAS.
- 22 – DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa.
- 23 – TERRA E MIGRAÇÃO.
- 24 – MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR.
- 25 – CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO.
- 26 – A CAMPANHA DA FRATERNIDADE /97 E AS MIGRAÇÕES.
- 27 – MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO.
- 28 – VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
- 29 – PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE.
- 30 – DESEMPREGO EM ALTA.
- 31 – EDUCAR É PRECISO.
- 32 – SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES.
- 33 – ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL.
- 34 – SEM TRABALHO ... POR QUÊ?
- 35 – DESAFIOS DA MIGRAÇÃO FRENTE O NOVO MILÊNIO.
- 36 – O MIGRANTE É VÍTIMA!...
- 37 – REFUGIADOS: desafio à solidariedade.
- 38 – DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000.
- 39 – XENOFOBIA.
- 40 – TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna.
- 41 – CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização.
- 42 – DROGAS, uma ameaça à VIDA.
- 43 – MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
- 44 – MIGRANTES e Conflitos armados.
- 45 – RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
- 46 – POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
- 47 – ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
- 48 – IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
- 49 – ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
- 50 – PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
- 51 – A Mercantilização do Ser Humano.
- 52 – EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
- 53 – DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
- 54 – MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
- 55 – MIGRAÇÕES: culturas e integração.
- 56 – REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
- 57 – TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
- 58 – MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
- 59 – MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
- 60 – XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
- 61 – RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes.
- 62 – MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas.